



35 as suas atividades industriais no Paraná, possam receber todas as informações a respeito  
36 de mão de obra, matéria-prima e infraestrutura existente e a existir e, logo na sequência,  
37 uma licença com segurança técnica e segurança jurídica. Lembrando que os problemas  
38 que estão acontecendo, e sempre vão existir, são problemas sempre ligados ao Governo  
39 anterior.

40 Neste Governo que iniciou em janeiro, atendendo ao pedido do Governador  
41 Ratinho Junior, temos procurado fazer as coisas de maneira mais correta possível,  
42 lembrando que o único órgão que teve a sua estrutura aumentada é a atual estrutura do  
43 IAT. Mesmo juntando o IAP, o ITCG, o Águas e a Mineropar, se vocês forem analisar a  
44 parte burocrática, vocês vão ver que o nosso órgão sofreu inclusive um incremento. Já  
45 tem inclusive um cronograma e empresa licitada e ganhadora para fazer o concurso  
46 público. É o primeiro órgão! “Ah, mas demorou um ano!” Mas somos o primeiro.  
47 Nenhum outro órgão no Estado conseguiu fazer um concurso público. Então, temos a  
48 empresa vencedora que vai fazer as questões, vai aplicar a prova e nos entregar o  
49 resultado para cento e cinquenta novos membros. E também, através de um teste  
50 seletivo, conseguimos a contratação de duzentos e vinte residentes técnicos que, além de  
51 uma bolsa, recebe uma pós-graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. São  
52 mais de duzentas e vinte pessoas que estarão, ao mesmo tempo aprendendo, finalizando  
53 a sua formação e nos ajudando. Lembrando que o residente técnico já é formado, no  
54 máximo até três anos de formação, mas todos já são formados, todos já têm o seu  
55 diploma, todos têm a sua responsabilidade e não podem dar um parecer conclusivo, mas  
56 podem dar todo um embasamento para que os técnicos possam tomar uma decisão.

57 Então vai ser muito bom para a carreira desses jovens que terão a possibilidade  
58 de melhorar a sua formação e também para o Estado que terá pessoas de nível superior,  
59 porque hoje o Estado não tem duzentas e vinte pessoas com nível superior no Meio  
60 Ambiente. Então a partir de agora já temos duzentos e vinte, a partir de março acho que  
61 vamos contar com os novos concursados, serão mais cento e cinquenta, portanto, serão  
62 trezentas e setenta pessoas. E mais, em uma parceria com o Simepar, vamos poder  
63 contar com mais trinta ou quarenta pessoas, que somadas serão quatrocentas e dez. E  
64 ampliamos mais vinte e cinco cargos UC que vamos destinar a engenheiro civil,  
65 engenheiro ambiental e outras engenharias para não perdermos algumas pessoas que já  
66 vinham fazendo parte como residentes técnicos no Governo anterior, porque tínhamos  
67 setenta residentes técnicos, agora passou para duzentos e vinte. Alguns desses residentes  
68 técnicos que foram muito bem serão aproveitados em cargos de confiança.

69 Assumi um compromisso com o Governo de fazer uma nomeação técnica assim  
70 como fiz com toda a nomeação do IAT. O IAT é composto por um quadro técnico, é  
71 claro que se a gente comparar aonde a gente quer chegar, eu tenho certeza que estamos  
72 muito longe de onde queremos chegar. Mas se analisarmos um passado recente ou um  
73 passado remoto, o passado que queiram avaliar, vocês vão ver que estamos muito à  
74 frente de todos os demais.

75 Já aviso que deu quórum, quer dizer que deu certo a gente ir falando enquanto o  
76 pessoal chegava. O Estado do Paraná este ano, são dados do IBGE de ontem, o Estado  
77 do Paraná é o estado que teve o maior crescimento no Brasil. O Brasil decresceu 0,1%  
78 na atividade industrial. O Paraná, dados do IBGE de ontem, que os dados do mês  
79 passado, de setembro, era 6,7%. Agora os dados de ontem do IBGE, o Estado do Paraná  
80 é o estado que mais cresceu industrialmente no Brasil, 6,9%! Posso dizer que o  
81 crescimento do Paraná é infinitamente maior que do Brasil, porque do Brasil é menos  
82 0,1%. Então, menos 0,1% para 6,7%, quer dizer é infinitivo, porque o Brasil decresceu.  
83 Mas um crescimento, acima do crescimento chinês.

84 Então, junto com esse crescimento, com segurança técnica e jurídica, lembrando  
85 que o Estado do Paraná foi o estado que mais cresceu na indústria, é o estado que fez  
86 licença com segurança técnica e jurídica, mas foi o estado que mais fiscalizou, foi o  
87 estado que emitiu o maior número de autos de infração, foi o estado que mais fiscalizou  
88 de todo o Brasil, através de dados comprovados. O Estado do Paraná com maior número  
89 de fiscalizações, maior número de multas emitida, inclusive muito superior aos anos  
90 anteriores. Então, dizer que a nossa preocupação é realmente manter o equilíbrio. Nós  
91 temos de um lado o crescimento, o desenvolvimento, a geração de emprego, turismo, a  
92 melhoria de qualidade de vida das pessoas, a geração de renda, o pagamento de  
93 impostos, o emprego acima de tudo, mas, de outro lado, um cuidado muito grande em  
94 cuidar do meio ambiente, recuperar o meio ambiente, preservar o meio ambiente e  
95 melhorar a vida das pessoas. Então, a partir do momento que somos o Estado que mais  
96 cresce e é o que mais fiscaliza, então, parece-me que estamos no caminho certo, longe  
97 ainda de onde queremos chegar, mas com certeza absoluta evoluímos muito. Só o fato  
98 de não termos, ao longo de trinta e três anos, conseguido fazer um concurso público e  
99 fazer o Governo entender que éramos o primeiro órgão que precisava fazer concurso  
100 público, mostrando que precisávamos reestruturar este órgão, claro, a grande maioria  
101 dos funcionários públicos são bons funcionários públicos, mas, infelizmente, quando  
102 você desmonta a máquina, infelizmente você acaba criando uma situação que pela

103 morosidade, pela falta de pessoal, as coisas acabem ficando muito difícil de fazer. E, no  
104 fim, cada licença, cada empreendimento acaba virando um negócio que você tem que  
105 passar na fila e na frente.

106 Estamos fazendo uma força muito grande, estamos contando com duzentos e  
107 vinte, mais cento e cinquenta, mais vinte e cinco e mais quarenta, mostrando a nossa  
108 vontade de reaparelhar o órgão. E nós conseguimos convencer o Governo, através dos  
109 nossos licenciamentos e das multas, que estamos fiscalizando com muita força e não  
110 vamos gerar despesa para o Estado. Pelo contrário, vamos gerar mais receita para o  
111 Estado do que despesa. É por isso que o Estado deu a possibilidade que fôssemos o  
112 único órgão a aumentar a sua estrutura administrativa. Então, acho que é um resgate  
113 disso tudo.

114 Gostaria de agradecer a todos vocês que estão presentes no dia de hoje, nesse  
115 marco histórico, porque a nossa lei está sendo aprovada. Nós também estamos  
116 aprovando os residentes técnicos, que não podiam muitas vezes fazer uma vistoria em  
117 Campo Largo ou em qualquer cidade da região metropolitana, ou se estiver lotado no  
118 escritório de Campo Mourão, por exemplo, não podiam ir a Araruna, se estivesse em  
119 Londrina não podia ir para Cambé, porque não podia usar um automóvel do Estado, se  
120 fosse almoçar não tinha direito a uma diária, como vai continuar não tendo porque não é  
121 funcionário público, mas tem a possibilidade de pedir o ressarcimento. A partir do  
122 momento que ele almoça vamos estipular um valor para isso, com a nota fiscal pode  
123 pedir o ressarcimento, pode abastecer o carro. Então são coisas que estamos passando  
124 pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, porque não adianta nada eu trazer  
125 duzentas e vinte pessoas para aprender e nos ajudar e não poder colocar este povo para  
126 trabalhar. Então isso também está passando no dia de hoje.

127 E também, outra grande modificação, é com relação ao nosso fundo. O nosso  
128 FEMA - Fundo Estadual de Meio Ambiente, estamos colocando em condições de ser  
129 utilizado, porque a cada vez que eu vou pedir recursos ao Governo do Estado, o que o  
130 Governo me diz? Vocês são os que mais têm dinheiro, mas são os piores executores.  
131 Vocês, que estão no Meio Ambiente, são os piores executores porque vocês não  
132 conseguem gastar o dinheiro que vocês têm.

133 Então, estamos colocando na nova lei a possibilidade de recuperação de área  
134 degradada, a possibilidade de usar os recursos para recuperação de área degradada. Aí  
135 chegou alguém e me disse: “Não podemos aceitar isso!” Eu falei: “Espera aí, se  
136 recuperar área degradada não for cuidar do meio ambiente, aí vamos parar, não vamos

137 nem discutir porque a distância é muito grande!” Então, isso tudo está sendo aprovado  
138 no dia de hoje. A velocidade até aqui acredito que foi grande, mas acredito que daqui  
139 para frente a velocidade vai ser ainda maior.

140 Agora passa a palavra ao Secretário Executivo João Batista para que possa fazer  
141 a confirmação do quórum e possa dar posse aos novos Conselheiros. E, ato conseqüente  
142 contínuo, já passo para assumir o meu lugar aqui o Diretor-Geral da Secretaria de  
143 Estado de Desenvolvimento Sustentável e do Turismo, Conselheiro Rasca Rodrigues.  
144 Terminando a fala do João Batista, o Rasca já assume porque vou precisar sair, então o  
145 Rasca vai conduzir e, como eu estou com algumas atividades aqui e na Prefeitura de  
146 Curitiba, vou estar presente no auditório, mas não vou estar presidindo porque  
147 precisarei sair a qualquer momento e posso prejudicar o andamento da reunião.  
148 Obrigado.

149 O Sr. Secretário Executivo:- Boa tarde a todos. Queria registrar que, dando  
150 cumprimento ao Regimento Interno do Conselho, consideramos que esta reunião está  
151 instalada porque temos o quórum suficiente para tal. Estamos com 22 (vinte e dois)  
152 Conselheiros presentes e podemos deliberar esses importantes pontos de pauta.

153 Só queria colocar para você algumas questões que nos afligem lá na Secretaria  
154 Executiva de Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Organizar esta reunião aqui é  
155 como colocar um Boeing no ar. É um serviço que vocês não têm ideia. Ligamos para  
156 todos um a um, titular, suplentes, para todas as instituições, mandamos e-mail,  
157 mandamos a reconfirmação, é ir atrás de sala, essa sala maravilhosa aqui. Olhem o custo  
158 que isso tem! Quantas pessoas estão aqui dispendo do seu tempo, do seu trabalho, a sua  
159 dedicação, em prol de toda a sociedade?!

160 Só queria externar essa questão que nos toca e agradecer a presença de todos  
161 vocês para, em nome da sociedade, deliberarem os importantes pontos de pauta que  
162 temos aqui. Então, muito obrigado pela presença.

163 Rasca, tenho que fazer apresentação dos novos Conselheiros, se me permite vou  
164 anunciá-los. (Assentimento). Então Felipe Flessak e Eduardo Magalhães Pinto da Casa  
165 Civil, Deputado Goura e Deputado Evandro Araújo da ALEP, indicados recentemente  
166 mas não estão presentes, Juliano Antônio Rodrigues Padilha e Raphael Gomes Brasil da  
167 Secretaria de Fazenda, e Meiriane Telles Kusdra de Castro - Cohapar.

168 Passo a palavra ao Presidente Rasca para dar as boas-vindas.

169

170 (Assume a Presidência do Conselho, o Sr. Rasca Rodrigues).

171

172 O Sr. Presidente:- Boa tarde a todos e todas. Acho que poderíamos adotar em  
173 não fazer a reunião no mesmo dia de Sessão Plenária da Assembleia Legislativa, porque  
174 era disso que eu reclamava. O Conselho se reunia bem no horário em que reúnem os  
175 deputados. Como temos quatro deputados representantes seria importante possibilitar  
176 que eles possam participar em outro horário.

177 Queremos dar as boas-vindas aos novos Conselheiros empossados, dizendo que  
178 este Conselho é extremamente importante já que discute a sustentabilidade do nosso  
179 Estado. De todos os conselhos que existem no País, no meu entender, o Conselho de  
180 Recursos Hídricos é aquele que tem a representação da sociedade civil, da sociedade  
181 organizada e dos consumidores em grande maioria em relação aos membros do Estado.  
182 Portanto, de todos os conselhos, essa política de recursos hídricos é a única que não é  
183 chapa-branca. A grande maioria é quase sempre chapa-branca. O Governo tem maioria.  
184 Neste caso aqui não. E por acreditar que isso possa ser melhor é que a gente tem  
185 procurado incentivar a presença, já que ele tem essa configuração que permite com  
186 certeza a participação efetiva da sociedade organizada e representativa.

187 Devolvo a palavra ao João Batista para dar andamento e a gente gostaria que os  
188 Conselheiros se debruçassem sobre essas questões, porque está aqui muitas matérias de  
189 interesse do nosso Estado, principalmente este Estado que tem uma riqueza hídrica  
190 enorme, mas que a gente vê, com o passar do tempo, que estamos perdendo para a  
191 poluição, pela poluição que a gente vê e pela poluição que a gente não vê, mas que está  
192 lá dentro.

193 Até na última reunião do Conselho, ainda enquanto deputado, tinha sugerido  
194 que nesta reunião tivesse uma palestra sobre agrotóxico, que foi uma discussão grande  
195 no final do ano passado, saiu vários relatórios inclusive em relação à Sanepar. A gente  
196 possibilitaria ter um debate sobre isso, já que foi um tema muito discutido e tem se  
197 discutido muito, principalmente no Ministério Público, em nosso Estado como um todo.  
198 É algo extremamente importante, porque infelizmente ainda estamos fazendo o  
199 tratamento da poluição com produtos químicos ao invés de adotarmos a política de  
200 outros países. Inclusive, como nos Estados Unidos em que se faz o tratamento da bacia,  
201 o tratamento da utilização do solo da bacia como um todo, ao invés de fazer o  
202 tratamento químico para tentar colocar uma água na nossa torneira que seja uma água  
203 potável. No meu entender isso ainda é um grande atraso, mas é algo que a Sanepar ainda  
204 defende como necessário nesse momento. Isso possibilitaria essa discussão.

205 Então, passa a palavra ao Secretário Executivo João Batista para dar  
206 continuidade, antes, porém, vamos fazer a aprovação da Ata. Está em discussão o item  
207 dois da pauta, que é a Ata da 32ª Reunião Ordinária. Caso haja alguma questão estamos  
208 à disposição. (Pausa).

209 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Eu recebi alguns  
210 documentos e aí entrei na página do Conselho, mas a Ata da 32ª reunião ordinária não  
211 veio, vieram apenas duas atas da Câmara Técnica e a do Conselho não veio. Nem na  
212 página não tem.

213 O Sr. Presidente:- Então fica para a próxima pauta da próxima reunião.  
214 Deixamos em aberto essa discussão.

215 Item três da pauta, Ordem do Dia: 1) Apresentação, discussão e deliberação  
216 sobre os enquadramentos dos corpos d'água da bacia litorânea.

217 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Desculpem-me, é  
218 regimental, dez dias antes tem que estar a Ata com os Conselheiros para aprovar na  
219 reunião.

220 O Sr. Presidente:- Por isso está suspensa esta aprovação e vamos conferir se isso  
221 realmente acabou acontecendo. Conhecendo o Lorenzon, ele é muito detalhista, com  
222 certeza nós erramos.

223 O Sr. Secretário Executivo:- Estamos checando ali, Lorenzon. Se realmente  
224 aconteceu esse fato, não colocaremos a Ata em discussão e nem em votação. Então,  
225 estamos checando ali, mas como disse o Rasca muito provavelmente deve ter tido  
226 algum problema na hora de anexar o arquivo. Então, ficam para a próxima reunião as  
227 duas Atas.

228 O Sr. Presidente:- Ficarão. Passo a palavra à Engenheira Camila de Carvalho  
229 Almeida Bittencourt que fará a apresentação da proposta do enquadramento dos corpos  
230 d'água da nossa querida bacia litorânea.

231 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Boa tarde. Eu sou a  
232 Camila, estou representando a equipe da Cobrape que elaborou o Plano da Bacia  
233 Litorânea e dentro do qual estava a etapa do enquadramento. Eu vou fazer aqui  
234 apresentação de tudo o que foi discutido neste processo e, ao final, fico à disposição  
235 para dúvidas.

236 Vou dar uma contextualizada bem greve.

237 O enquadramento, de forma simplificada, pode ser definido como processo de  
238 classificar os rios de acordo com os usos preponderantes da água. Legalmente está

239 definido na Política Nacional de Recursos Hídricos como um dos instrumentos de  
240 planejamento, assim como na Política Estadual que as duas definem como instrumentos  
241 para reduzir os custos relacionados à poluição.

242 Então, temos ainda a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente, a  
243 357/2005, que estabelece quais os usos preponderantes e quais as classes adequadas  
244 para cada um bem como os parâmetros que precisam ser seguidos em cada classe.  
245 Temos também a Resolução Nacional de Recursos Hídricos, a 91/2008, que estabelece  
246 as etapas que precisam ser consideradas na elaboração de propostas de enquadramento.  
247 Adicionalmente cabe lembrar que aqui, na bacia litorânea, tínhamos ainda a Portaria  
248 Surehma nº 005/89 que estabelecia o enquadramento para essa bacia. Todas as bacias do  
249 Estado, no final da década 80 e início da década de 90, tiveram um enquadramento  
250 aprovado, mas, como podemos ver, foram anteriores as novas legislações vigentes.  
251 Além disso, há mais de vinte anos, então bastante coisa já mudou de lá para cá.

252 Então, essa figurinha resume bem o que traz a Resolução 357, as questões do  
253 uso preponderante e das classes que vai desde a especial até a classe 4. Então podemos  
254 ver que alguns usos têm classes bem definidas, como as unidades de conservação de  
255 proteção integral que têm que ser classe especial, as áreas indígenas que têm que ser  
256 classe 1. Já temos outros usos que as classes podem variar como o abastecimento para o  
257 consumo humano, que pode ir da especial até a classe 3, alterando apenas o tipo de  
258 tratamento. E a irrigação que pode ser desde a classe 1 até a classe 3, alterando o tipo de  
259 cultura que será irrigada. A pior classe, podemos dizer, as que têm as piores condições  
260 de qualidade da água, é a classe 4 e inicialmente está prevista apenas para navegação e  
261 harmonia paisagística. Essa figura ainda permite vermos que um uso pode ter mais de  
262 uma classe, desde que não prejudique o uso preponderante. Isso é bem importante a  
263 gente ter em mente.

264 Quais diretrizes adotadas para a elaboração desta proposta de enquadramento no  
265 litoral? Teve como base as etapas previstas na Resolução do Conselho Nacional de  
266 Recursos Hídricos, foi dividido em cinco etapas que foram apresentadas em dois  
267 produtos, um que tratava a questão do enquadramento mesmo, a proposição das classes,  
268 e outro que tinha o programa para efetivação com a definição de metas e o plano de  
269 investimentos.

270 Então, basicamente todas as etapas foram subsidiadas por um modelo  
271 matemático para que pudéssemos prever como realmente esse enquadramento ocorreria.  
272 Então é a parte do diagnóstico, inicialmente tivemos a caracterização da qualidade da

273 água, foram estudadas dezoito estações disponíveis na bacia, foi realizada uma  
274 avaliação histórica de todos os dados disponíveis entre 1975 a 2016, e uma análise da  
275 situação atual de 2012 até 2016. Esses anos de análise a gente percebeu que havia  
276 poucos dados disponíveis para alguns parâmetros no litoral, mas mesmo assim foi  
277 realizada essa análise.

278 Outra coisa que percebemos é que dentro dessa bacia as estações estão  
279 basicamente dentro de áreas protegidas, áreas que naturalmente têm a qualidade da água  
280 melhor. E nas regiões onde o impacto humano é maior não temos informações da  
281 qualidade da água disponíveis.

282 Aqui tem um mapinha onde a gente fez a análise para o parâmetro de DBO, que  
283 foi o parâmetro de qualidade da água que serviu como base para essa proposta de  
284 enquadramento. A gente fez uma análise da permanência dos dados disponíveis entre  
285 2012 e 2016 para verificar em qual classe ele ficaria a maior parte do tempo, então  
286 podemos ver que temos várias que não tinha nem informação, mas as que tinham  
287 informações a maior parte do tempo ficou como classe 1. Mas, como falei, essas  
288 estações a maior parte está dentro de áreas de unidades de conservação.

289 O segundo passo foi selecionar a hidrografia. Foi feito baseado no termo de  
290 referência de contratação de serviço, onde previa que seriam estudados de forma mais  
291 detalhada, porque quando se faz o enquadramento a gente não faz para todos os trechos  
292 de rio. Os trechos de rio que não são selecionados são automaticamente classificados  
293 como dois, conforme prevê a legislação. E os demais precisam ser estudados de forma  
294 mais detalhada.

295 Foram selecionados os rios principais e os afluentes de primeira ordem, os  
296 trechos que servem de captação para o abastecimento humano, tanto atual quanto o  
297 previsto; os trechos localizados em áreas de montante das captações para abastecimento  
298 humano, tanto atual quanto o previsto, essa foi uma solicitação do próprio Comitê de  
299 Bacia; os trechos que cruzam as áreas urbanas; os que recebem lançamento de efluentes  
300 já outorgados, que têm outorga em andamento ou ainda que há previsão de solicitação  
301 de outorga; os trechos que cruzam áreas indígenas oficialmente delimitadas, porque esta  
302 região tem bastante áreas indígenas e quilombolas, mas a maior parte não está  
303 delimitada; trechos que cruzam as unidades de conservação de proteção integral.

304 Aqui nós temos um mapa de toda a hidrografia selecionada, o mapa está com  
305 bastante informação, mas é para mostrar todos os usos que consideramos nessa seleção

306 da hidrografia. Então, todos os trechos em azul foram os estudados de forma detalhada e  
307 analisados no modelo matemático.

308 O diagnóstico compõe com a identificação dos usos preponderantes em cada  
309 trecho de rio e também a identificação das fontes de poluição; em seguida foi  
310 identificada a necessidade de dividir os trechos, porque às vezes o mesmo rio tem mais  
311 de um uso, então foi feita essa divisão; e foi realizada a estimativa das cargas de  
312 demanda bioquímica de oxigênio, a DBO, que é a representante da matéria orgânica.  
313 Então, foi estimado para o setor doméstico, pecuário, industrial, uso do solo e  
314 mineração, que a gente tinha uma outorga lá na bacia.

315 Essas cargas estimadas foram avaliadas quanto aos impactos que gerariam nos  
316 corpos hídricos. Para tanto pegamos as características do rio como a disponibilidade, o  
317 comprimento do trecho e a velocidade, pegamos as cargas estimadas por setores e  
318 jogamos no modelo matemático, ele faz uma análise acumulada dessas cargas. A nossa  
319 base é utilizada para essa modelagem é a Ottocodificada que permite a gente saber qual  
320 bacia de montante, qual a de a jusante, fazer o acúmulo dessas cargas. E também  
321 consideramos um decaimento entre um trecho de bacia e outro. Assim a gente conseguia  
322 estimar qual seria a concentração em cada Ottobacia e assim relacionar com a classe  
323 prevista na resolução CONAMA.

324 Aqui estão os resultados das simulações para o período seco. Tivemos uma  
325 análise diferenciada na bacia litorânea porque inicialmente estávamos trabalhando com  
326 o nível de Ottotrecho N9, que é um nível bastante detalhado. A gente tinha mais de  
327 quatorze mil Ottobacias. E o que a gente observou é que em oito vazões de referências  
328 diferentes a gente mantinha mais ou menos o mesmo diagnóstico. Então a gente tentou  
329 aumentar a área de drenagem, subir o nível da Ottobacia para ver se essa situação  
330 melhorava, para ver se realmente o que a gente estava observando era um problema  
331 pontual ou era um problema que conforme aumentasse a área de análise ele era diluído.  
332 Então, a gente observou que na verdade não tinha muita diferença. Ali no N9 a gente  
333 observa que boa parte da bacia tem qualidade boa, mas os pontos críticos estão sempre  
334 nos mesmos lugares, tanto em vazões mais cheias como as  $Q_{médias}$  até as vazões mais  
335 secas, como a  $Q_{95}$ , como temos em Paranaguá, Guaratuba, Matinhos.

336 E se a gente olha para uma análise maior, a gente percebe que mesmo assim a  
337 maioria dos pontos críticos com classe 4, com classe 3, se repete. Essa visualização em  
338 diferentes Ottos, em diferentes áreas, foi justamente para termos essa percepção de qual  
339 realmente era o problema. Aqui a gente também tem o período chuvoso que é a mesma

340 modelagem, mas considerando a disponibilidade no período de chuvas, infelizmente no  
341 período de chuva, que normalmente tem uma qualidade melhor, se a gente pensar do  
342 ponto de vista da poluição pontual, ele é o que coincide com o verão. Nessa época a  
343 população da bacia aumenta drasticamente, então essa melhoria esperada não é vista  
344 também nas simulações.

345 Então o que a gente pode perceber é que realmente boa parte da bacia tem  
346 qualidade de água boa, compatível com a classe especial e com a classe 1, mas que as  
347 áreas urbanas estão muito críticas. Não importa a vazão de referência que a gente olhe e  
348 nem mesmo a área de drenagem que estamos considerando. Isso acontece  
349 principalmente pela própria característica da região litorânea, que são áreas de baixa  
350 diferença de altitude, rios de pequeno porte, o que dificulta bastante a diluição das  
351 cargas lançadas.

352 Aqui pegamos, por exemplo, a  $Q_{95}$  que normalmente é a vazão de referência  
353 analisada e a  $Q_{50}$  que a gente viu que dá uma melhorada em alguns pontos, só para a  
354 gente ter uma ideia de como a gente poderia trabalhar, articular, para propor o  
355 enquadramento na bacia. Então, essas mesmas simulações foram realizadas também...

356 O Sr. Presidente:- Camila, pode explicar o que é  $Q_{95}$ ,  $Q_{50}$ ?

357 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Claro, desculpa.  
358 Vamos lá. A vazão de referência é a vazão que a gente toma para aplicar os  
359 instrumentos de gestão, por exemplo, onde a gente diz a estimativa de quanto de água  
360 terá no rio. Então quando a gente fala em  $Q_{95}$  é que 95% do tempo estima-se que o rio  
361 vai ter aquela vazão, estima-se que o rio vai ter aquela quantidade de água. Quando a  
362 gente fala em  $Q_{50}$  estima-se que em 50% do tempo o rio vai ter aquela quantidade de  
363 água. Então a  $Q_{95}$  a gente fala que é uma vazão que garante o uso, porque 95% do tempo  
364 aquele rio vai ter aquela quantidade de água, mas, ao mesmo tempo, pode considerar  
365 que é bastante restritiva porque 95% do tempo a gente vai garantir aquela condição. Ok?  
366 (Assentimento).

367 Como eu falei, essas simulações foram realizadas também para os cenários,  
368 então junto ao plano de bacia foram elaborados doze cenários. No relatório referente aos  
369 cenários do plano, toda a parte da qualidade da água foi detalhada, cenário por cenário,  
370 mas no enquadramento decidimos olhar para a melhor e para a pior situação. Porque  
371 assim a gente trabalha com o enquadramento na forma como ele é, que é um  
372 instrumento de planejamento, assim a gente consegue ver o que de pior pode acontecer

373 e o que de melhor pode acontecer. E como a gente pode agir para estarmos preparados  
374 para as duas situações.

375 Essa foi a abordagem que a gente trouxe para esse enquadramento. Foram feitas  
376 as simulações para a pior situação, que é aquela que teria maior população,  
377 considerando inclusive a população flutuante, que é essa população que vem no verão  
378 para os municípios; os índices atuais de saneamento, ou seja, não teria investimento em  
379 infraestrutura de saneamento básico como coleta e tratamento de efluentes; e também o  
380 período seco que é o período que tem menor disponibilidade, menor vazão do rio. E a  
381 melhor situação seria aquela com a menor população projetada nos doze cenários  
382 trabalhados, seriam atendidos os índices do PLANSAB, que são altos índices para  
383 coleta e tratamento de efluentes na bacia, e que também seria a disponibilidade do  
384 período chuvoso, que é uma disponibilidade maior.

385 Essas condições foram avaliadas do ponto de vista da qualidade da água e  
386 novamente simuladas em quatro níveis de Ottobacias diferentes e oito vazões de  
387 referência diferentes. E o que a gente observou é que mesmo a melhor situação ela ainda  
388 tem os mesmos pontos críticos. Se a gente olha bem Paranaguá, Guaratuba, Matinhos  
389 que são essas faixas mais escuras. Ou seja, aquilo que a gente observou no cenário atual  
390 se manteve inclusive na melhor situação que pode acontecer nos próximos anos.

391 Aqui, para a pior situação, fica ainda mais crítico. A gente tem muita classe 4  
392 aqui na região de Antonina, na região de Paranaguá, um pouquinho em Matinhos e  
393 Guaratuba, também em todos os níveis, em todas as vazões de referência, mais seco,  
394 mais disponibilidade. Então, a gente percebeu que realmente o problema da bacia  
395 litorânea estava nas cidades, nas áreas urbanas.

396 Antes de entrar na proposta de enquadramento propriamente dita, acho que vale  
397 lembrar todas as discussões que tivemos no âmbito da bacia. O produto oito, que é a  
398 proposta de enquadramento, teve oito revisões, foi discutido desde novembro de 2017  
399 até abril deste ano. O produto nove, que é o programa para efetivação do  
400 enquadramento, teve cinco revisões também desde 2017 até 2019. Tivemos uma série  
401 de reuniões com a Câmara Técnica do Comitê, com o próprio comitê, com o Águas  
402 Paraná, também fizemos workshops com as prefeituras, com as ONGs, com o poder  
403 público a fim de aumentar ainda esta participação. Além disso, tivemos a consulta  
404 pública em maio deste ano e a apresentação da Câmara Técnica do Conselho Estadual  
405 de Recursos Hídricos também. Todas essas discussões, reuniões, contribuíram para  
406 chegarmos nesta proposta que será apresentada hoje.

407 Algumas discussões, ainda cabe a gente pontuar, que foi a simulação ou não das  
408 águas que sofrem influência marinha, porque o termo de contratação desse projeto não  
409 previa que a gente realizasse simulações considerando água salobra, efeitos de maré na  
410 diluição dos efluentes que estão próximos à costa. E a gente tentou fazer de forma  
411 simplificada para ver quais seriam as diferenças encontradas. Foi discutido no âmbito  
412 do Comitê, mas achamos melhor deixar isso para uma próxima revisão do plano,  
413 pretendendo-se que nos próximos dois anos se inicie um estudo para realmente  
414 conseguir ter valores capazes de subsidiar estudos sobre o real efeito da maré na  
415 diluição dos efluentes próximos à costa. Então isso acabou não sendo abordado na  
416 proposta de enquadramento.

417 Teve também a inclusão das áreas de mananciais, que foi uma solicitação do  
418 Comitê que toda área de manancial fosse inserida como prioritária para uma classe de  
419 qualidade boa. Para tanto a gente pegou as áreas definidas no zoneamento da bacia e  
420 adicionou algumas áreas com o que já havia previsto e sido atualizado do saneamento  
421 para cá. As áreas indígenas que, como falei, a população indígena é bem representativa  
422 nesta bacia. Também foi bastante discutido os canais de drenagem que cortam os  
423 municípios da bacia litorânea, que estão em um estado de qualidade da água péssimo. A  
424 gente fez alguns estudos de campo e a própria população reclamou bastante que esses  
425 canais servem como lançamento de esgoto mesmo, tanto regular quanto irregular, lixo e  
426 tudo o mais. Então precisa também ser realizada alguma coisa nesse sentido. A  
427 dificuldade da diluição dos efluentes mesmo tratados que, como falei, é uma região com  
428 rios de baixa capacidade de diluição por eles serem pequenos de baixa vazão. As  
429 unidades de conservação de uso sustentável, porque essa bacia 98% dela é unidade de  
430 conservação. Boa parte é produção integral, mas se somarmos dava 98%, e lá a pressão  
431 foi muito forte para que todas as unidades estivessem classe especial. Contudo a lei só  
432 prevê que sejam as unidades de conservação de proteção integral. Então essa foi uma  
433 das discussões que a gente mais teve junto ao Comitê. E os rios, especificamente da  
434 APA de Guaraqueçaba, que é quase metade da bacia, também com essa preocupação de  
435 mantê-los com o enquadramento em classe boa.

436 Então, a proposta que a gente chegou de acordo, a partir de toda essa parte de  
437 diagnóstico, prognóstico e as discussões que tivemos, foi esse enquadramento proposto.  
438 Lembrando que enquadramento, como falei, é um instrumento de planejamento. Não é  
439 esse enquadramento, que é o que a gente observa lá, mas esse é o enquadramento que a  
440 gente quer alcançar, que a gente quer ter em 2035, para garantir a qualidade adequada

441 para os usos preponderantes. Então, foi que a classe especial seria adotada nas unidades  
442 de conservação de proteção integral, conforme prevê a lei, na vazão de referência que  
443 Q<sub>95</sub>; que as áreas indígenas, oficialmente delimitadas, seriam classe um também na Q<sub>95</sub>,  
444 conforme prevê a lei; as captações e as montantes também ficaram na classe 1 na que  
445 Q<sub>95</sub> por solicitação do Comitê que quer preservar essas áreas; os lançamentos e as áreas  
446 urbanas a proposição foi a classe 3 na que Q<sub>50%</sub>.

447 Essa proposição foi feita baseada em tudo o que eu falei das simulações, da  
448 gente observar que não importava muito a vazão de referência, não importava muito a  
449 área que a gente estava olhando, o nível de detalhamento, que seria muito difícil sair na  
450 classe 4. Tanto que as nossas simulações, mesmo com 100% de coleta e tratamento,  
451 uma eficiência altíssima no sistema, não seria possível baixar da classe 4 na Q<sub>95</sub>.  
452 Contudo, quando a gente estabelece uma classe 4 na Q<sub>95</sub>, a gente pode dizer que a gente  
453 perde um pouquinho o controle do rio, porque ali a gente não tem muitos parâmetros  
454 definidos para acompanhar se realmente está atendendo ou não. E, além disso, fica  
455 difícil estabelecer uma meta, principalmente ao que se remete ao saneamento, o  
456 saneamento básico do efluente doméstico.

457 Essa proposição foi baseada nessas considerações e também com o intuito de  
458 conseguir estabelecer metas, metas que sejam possíveis de alcançar. Porque, claro,  
459 podemos estabelecer uma meta classe 3 na Q<sub>95</sub>, mas será possível alcançar? As  
460 simulações mostraram que não, mesmo com 100% de eficiência, 100% de coleta, 100%  
461 de tratamento. Então, foi por isso que a gente propôs essa flexibilização na vazão de  
462 referência, com o intuito de realmente ter metas possíveis de serem alcançadas e, ao  
463 mesmo tempo, não deixar um rio classe 4 na que Q<sub>95</sub> sem o controle. E os demais  
464 trechos, sem nenhum desses usos preponderantes identificados e também os que não  
465 foram selecionadas para o estudo detalhado, ficariam enquadrados na classe 2 na Q<sub>95%</sub>  
466 do tempo.

467 Aqui está o mapinha com a nossa proposta desse enquadramento. Vocês podem  
468 notar que a maior parte é esse azul claro que é a classe especial, temos as classes 1 e as  
469 classes 3 que são basicamente as áreas urbanas.

470 Na minuta da resolução saiu um artigo referente ao enquadramento na APA de  
471 Guaraqueçaba, justamente por quê? Eles queriam que a APA de Guaraqueçaba toda  
472 fosse classe especial. Contudo a gente não tinha dados que pudessem afirmar que isso  
473 era possível. Então, dentro das considerações do Comitê, ficou acordado que o próprio

474 Instituto Chico Mendes vai assessorar para que seja realmente estudado e avaliado, para  
475 que isso seja alcançado.

476 Só voltando aqui, para vocês se localizarem, a APA de Guaraqueçaba é  
477 basicamente toda essa área aqui da bacia, é quase metade da bacia. A maior parte dela já  
478 está como classe especial, contudo temos alguns trechos classe 1 e mesmo classe 2. O  
479 que acontece? Dentro das unidades de conservação de uso sustentável, a gente pode ter  
480 ainda uma unidade de conservação de proteção integral. Então ali, quando a gente cruza  
481 as informações, a gente teve várias unidades de conservação de proteção integral dentro  
482 da APA de Guaraqueçaba. Por isso que temos vários trechos enquadrados em classe  
483 especial. Ok?

484 Aqui uma análise quantitativa de como ficou esta proposta do enquadramento,  
485 então 64% ficaria classe especial, 13% em classe 1, 20% em classe 2 e 3% em classe 3.  
486 De forma a auxiliar, foi feita ainda uma matriz de enquadramento onde a gente reúne as  
487 informações de todos os trechos de rio que foram analisados e feita essa proposta para  
488 que seja fácil a localização. A partir desta proposta de enquadramento baseada nos usos  
489 preponderantes elaborada partimos para o programa para a efetivação do  
490 enquadramento, que é como vamos chegar neste enquadramento proposto baseado nos  
491 usos.

492 Essa figura é só para esquematizar como foram realizadas as propostas de metas,  
493 as propostas de melhoria e sistema de saneamento. Então a gente trabalha com uma base  
494 que é possível agregar informações dos municípios, das áreas estratégicas de gestão e  
495 das Ottobacias, que é a divisão hidrográfica. Com isso a gente consegue jogar todas as  
496 informações no nosso modelo matemático. Cada vez que a gente simulava, por  
497 exemplo: “Ah, o meu rio hoje está classe 4, mas ele precisa chegar na classe 3!” Então  
498 vamos aumentar a coleta e o tratamento de afluentes. Daí a gente aumentava, jogava no  
499 modelo e via se ele alcançava essa classe ou não. “Ah, ainda não alcançou. Então vamos  
500 aumentar um pouquinho o índice coleta. Vamos aumentar um pouquinho a eficiência!”  
501 E assim sucessivamente. Até a gente conseguir chegar no enquadramento proposto para,  
502 então, definir esse tanto de investimento e de que forma se dará nesse período em curto,  
503 médio e longo prazo.

504 E para a gente saber também como iriam ser estabelecidas essas metas, a gente  
505 definiu alguns critérios. Os critérios foram: se o corpo hídrico precisava remover carga,  
506 para chegar no enquadramento proposto; se o município não tinha índice de coleta ou  
507 índice de tratamento, porque essa é uma situação bem crítica; se ele já possuía algum

508 investimento assegurado ou não previsto para esgotamento sanitário; se ele possuía  
509 algum tipo de planejamento no plano municipal de saneamento básico ou então  
510 informado pela própria concessionária prestadora de serviços; se tinha unidade de  
511 conservação de proteção integral com necessidade de remover cargas para alcançar esse  
512 enquadramento proposto; se tinham áreas indígenas no mesmo caso; se tinha área de  
513 manancial com necessidade de remoção; e qual era a prestadora de serviço de esgoto.  
514 Isso foi avaliado município a município para tentar identificar quais ações seriam  
515 realizadas.

516 A gente conseguiu de essa forma estabelecer uma série de ações estruturais.  
517 Como falei, a maior parte do problema dessa bacia está ligada ao efluente doméstico,  
518 então a maior parte dessas ações está também relacionada ao investimento de  
519 saneamento básico, na área urbana. E essas ações foram divididas entre meta  
520 intermediária 1, meta intermediária 2 e meta final. A intermediária 1 seria 2020 a 2025,  
521 o objetivo seria viabilizar esse enquadramento em todos os municípios, porque a gente  
522 observou que apenas o município de Paranaguá tinha um orçamento alto previsto em  
523 saneamento básico; a Sanepar tinha algumas melhorias previstas mas ainda assim ia  
524 ficar bem aquém do que precisava para chegar no enquadramento proposto; e tinham  
525 municípios, como Antonina, por exemplo, que não tinha nada previsto, lá é municipal e  
526 não tem índice de coleta e nem índice de tratamento. É um município bastante crítico.

527 Essa primeira etapa era mais para começar arrecadar fundos para chegar no  
528 enquadramento proposto do que propriamente fazer ações em si. A gente também tentou  
529 incluir a questão de estudar melhor os canais de drenagem, entre as próprias instituições  
530 da bacia, estudar melhor o efeito da maré que é também bastante importante, mas, de  
531 imediato, as ações seriam mais nesse sentido.

532 Em seguida, teríamos a meta intermediária 2, que seria de 2026 a 2035, que era  
533 mais para consolidar essas ações. Pois não.

534 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Você comentou que na  
535 hora de rodar o modelo, escolheram o Q<sub>50</sub>, porque mesmo fazendo 100% de coleta e  
536 100% de tratamento na alterava a classe 4. E daí eu não entendo como é que a gente vai  
537 ter uma meta de investimento em saneamento. Para mim duas coisas: ou tem um  
538 problema na definição ou tem um problema com o modelo.

539 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Não, não. A gente  
540 vai ter meta para alcançar na que Q<sub>50</sub>. Eu vou falar daqui a pouco.

541 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Mas você disse que o  
542 índice de tratamento, considerando 100% de coleta e 100% de tratamento, não tirou da  
543 classe 4, não é o saneamento de investimento que é o problema.

544 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Na Q<sub>95</sub>.

545 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- O que é essa carga? É  
546 orgânica?

547 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- É doméstica.

548 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Então o tratamento que  
549 teria que alterar. Tem alguma coisa errada nisso.

550 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Isso foi na vazão de  
551 referência Q<sub>95</sub>. E o que acontece? Como falei, lá os rios são muito pequenos, a vazão é  
552 muito baixa, tem ETEs que lançam em canais de drenagem que praticamente não tem  
553 vazão para diluição. Por isso que eu falo que, mesmo que coloque 100% lá, a carga  
554 daquela população inteira sendo lançada naquele ponto que não tem vazão, não tem  
555 como sair da classe 4. Agora se a gente olha na classe 3, na Q<sub>50%</sub>, é possível ter um  
556 tratamento melhor. Isso que a gente quis dizer, que a gente não consegue alterar o ponto  
557 de lançamento, a gente até fez algumas proposições que vou falar posteriormente, mas é  
558 melhor a gente conseguir trabalhar com algo que é possível de alcançar do que a gente  
559 colocar uma meta de 100% e mesmo assim não vai chegar na classe desejada. Ok? Eu  
560 vou continuar, depois a gente pode continuar.

561 O Sr. Conselheiro Enéas Machado (Águas Paraná):- Lorenzon, este foi o  
562 primeiro plano de bacia que a gente fez detalhadamente e que chegamos à conclusão  
563 que seria útil usar duas vazões de referência. Se ficássemos só com a Q<sub>95%</sub> não  
564 adiantaria colocar rede de esgoto, como você disse, porque ainda assim ficaria fora de  
565 classe. Então, a opção foi para as áreas urbanas usar a Q<sub>50</sub>, porque tem mais água e com  
566 mais água, executando as obras, fica dentro da classe proposta aqui. Esse foi o nome do  
567 jogo.

568 O Sr. Presidente:- Continuando.

569 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Então aqui temos as  
570 ações que são basicamente as mesmas, mas aqui realmente começam a se efetivar.  
571 Enquanto lá estava mais na parte de captação de recursos e organização das instituições  
572 para estudos, aqui já começam os estudos. E a meta final, que seria a partir de 2035,  
573 propor enquadramento baseado nos usos preponderantes, que foi aquele que detalhei

574 para vocês. As ações estariam mais ligadas à avaliação do cumprimento das ações  
575 propostas.

576 A nossa meta intermediária 1, que seria removida, até 2025, 30% da carga que  
577 precisa ser removida de DBO, sendo que a maior parte dessa carga é de efluente  
578 doméstico. Esse número a gente chegou, porque, como falei, apenas Paranaguá tinha  
579 investimento previsto que poderia remover uma quantidade considerável de carga.  
580 Então, basicamente, a meta intermediária 1 refere-se apenas a Paranaguá, a meta  
581 intermediária 2 já é 70% da remoção, espera-se que a partir de 2025 todos os municípios  
582 consigam investir em infraestrutura de saneamento básico. E a meta final seria ter  
583 reduzido 100% da carga que precisa para atender o enquadramento proposto.

584 A gente elaborou os mapas intermediários desse enquadramento, como ficaria  
585 em médio prazo, de 2020 a 2025. É basicamente o resultado da simulação para condição  
586 atual da qualidade da água. Temos trechos em classe 4 aqui em Paranaguá, Antonina,  
587 Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná, que é o que foi identificado para situação  
588 atual.

589 O Sr. Presidente:- Camila, pode voltar ao slide anterior? As metas intermediárias  
590 um e dois e a meta final, hoje nós temos no litoral uma coleta de aproximadamente  
591 90%, em média, nos três municípios principais, Matinhos, Guaratuba e Pontal. Então  
592 30% de quê quantidade? Porque 30% dá a impressão que é 30% do litoral como um  
593 todo e não é. É da quantidade que ainda não está sendo coletada.

594 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Exato.

595 O Sr. Presidente:- Então, esse 30%, 70%, de quê quantidade?

596 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- É que aqui eu  
597 acabei cortando algumas etapas, mas a partir das simulações a gente consegue calcular  
598 quanto de carga que precisa remover em cada trecho de rio para que aquele trecho de rio  
599 atenda o enquadramento proposto baseado nos usos preponderantes. Este montante de  
600 cargas é que a gente estabeleceu quais eram as metas, desses 100% de cargas que  
601 precisam ser removidas, que são basicamente do efluente doméstico, como iria se  
602 reduzir até 2035 para alcançar esse enquadramento proposta.

603 Então, são 30% desse total, que agora não vou me lembrar de cabeça, mas temos  
604 detalhado no relatório, e depois os 70% restantes para que, então, a carga gerada na  
605 bacia, no cenário de 2035, alcance o enquadramento proposto. Ou seja, aquela carga  
606 sendo jogada no rio com a disponibilidade, considerando a vazão de referência, alcançar  
607 as concentrações estabelecidas para aquela classe de qualidade da água. Ok?

608 Então, aqui nós temos o enquadramento de médio prazo, como falei, a partir de  
609 2020.

610 O Sr. Presidente:- Camila, quanto hoje recolhemos de carga na bacia? De todas  
611 as bacias, do que ela gera?

612 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Depende muito. Por  
613 exemplo, o município de Antonina não recolhe nada, Paranaguá recolhe cerca de 60 a  
614 70%.

615 O Sr. Presidente:- Tá. Então vamos supor, temos quatrocentos e cinquenta mil  
616 habitantes. Desses quatrocentos e cinquenta mil habitantes, quanto nós já recolhemos?

617 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Não vou me  
618 lembrar de cabeça.

619 O Sr. Presidente:- Porque eu acho que esse é o dado. Então, se a gente já recolhe  
620 dos quatrocentos e cinquenta mil habitantes 80%, então desses 20% que faltam a nossa  
621 meta é 30%, nossa meta é 70%, a nossa meta é 100%. Porque aí dá a dimensão do  
622 tamanho da carga e daquilo que já eliminamos. Por quê? Porque senão vai acabar na  
623 balneabilidade, na balneabilidade, na balneabilidade. Agora veio o investimento em  
624 coleta. Então, nós temos hoje uma capacidade de coleta muito grande, então quanto nós  
625 já tiramos? Então, do que falta tirar, são 12%? Não, são 25% da carga gerada no litoral.  
626 Desses 25%, a meta é 30% até tanto, 70% até tanto. Aí acho fica mais claro no próprio  
627 plano, porque a impressão que dá é que não tiramos nada. A meta é tirar 30% ou tirar  
628 70%, entendeu?

629 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- É que no relatório  
630 está um pouco mais detalhado e como já foi bastante discutido, acabei resumindo  
631 bastante. Eu esqueci que aqui a maior parte não era do Comitê, mas a gente tem que  
632 pensar também que isso está relacionada a população projetada, não só a população  
633 atual, ok?

634 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Ainda fica para mim,  
635 porque eu estava olhando os mapinhas, a meta 1 e a meta 2 ainda permanecem em  
636 classe 4, rios de Antonina e Paranaguá. A hora que você tirar 100% das cargas  
637 remanescentes, ainda vão ficar Antonina e Paranaguá em classe 3 em Q<sub>50</sub>. Então, isso  
638 que estou dizendo, não é dependente da carga doméstica, tem algum outro problema que  
639 precisa ser investido.

640 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Mas a gente  
641 simulou todas as cargas.

642 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Porque se com 100%  
643 dos remanescentes tratados vai precisar ficar no Q<sub>50</sub> para ficar na classe 3, e continuaria  
644 na classe 4 se fosse Q<sub>95</sub>, mas está 100% do esgoto tratado. Qual a fonte disso?

645 O Sr. Presidente:- Tudo bem. Vamos até o final, estou tentando fazer uma  
646 intervenção para uniformizar certo tipo de entendimento, porque a grande maioria aqui  
647 é leiga como eu. Vamos continuar até o término, Camila, aí vamos abrir para discussão  
648 e debate.

649 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Talvez aqui  
650 também tenha a questão do conceito. Essa carga remanescente que eu coloquei aqui já é  
651 a carga para alcançar o enquadramento, não é a carga remanescente atual, que é o que  
652 sobra do tratado atual, ok? Já é essa diferença entre o que está projetado e o que o rio  
653 consegue assimilar para se manter na classe proposta. Essa é a carga remanescente  
654 descrita aqui na meta, Ok?

655 O Sr. Conselheiro Pedro (ABHES):- Camila, esse modelo considerou a difusa?

656 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Considerou  
657 também a difusa.

658 O Sr. Conselheiro Pedro (ABHES):- Então está explicado.

659 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- A difusão, a  
660 industrial. Mas a gente fez separado, a gente separou. A gente consegue identificar em  
661 cada trecho de rio a fonte da poluição, por isso que eu digo que a maior parte da fonte  
662 de poluição é doméstica. Quando a gente faz a simulação só com a doméstica, mesmo  
663 assim ele dá problema.

664 O Sr. Conselheiro Pedro (ABHES):- Ele dá problema por causa da capacidade  
665 de assimilação, porque o corpo hídrico é muito pequeno em função de carga. Então,  
666 mesmo tratando você não consegue atingir a classe 4 no Q<sub>95</sub>, na vazão do Q<sub>95</sub> é  
667 extremamente restrito. Ou seja, é uma vazão muito baixa.

668 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Porque, como falei,  
669 esses rios são muito pequenos realmente. A vazão é muito baixa, então não tinha muito  
670 o que fazer na Q<sub>95</sub> para diluir essa carga, por mais que fosse um efluente tratado da  
671 melhor forma possível.

672 Então, aqui o enquadramento em médio prazo, o de longo prazo muda pouca  
673 coisa justamente porque nesse médio prazo, como falei, só Paranaguá tinha  
674 investimento previsto. E a meta final, que é aquele baseado nos usos preponderantes.

675 Dentro do escopo do programa para efetivação do enquadramento, a gente fez  
676 algumas alternativas do que poderia ser investido para alcançar o enquadramento  
677 proposto, já considerando aquelas metas de remoção que a gente colocou. Aonde tem  
678 carga doméstica rural, que são as zonas rurais que não estava atendendo o  
679 enquadramento proposto, a gente fez a simulação da fossa séptica, considerando a  
680 população projetada para 2035 e quanto teria que ser investido neste tipo de tratamento.  
681 Foram levantados na bacia também a questão da Wetlands e dos biodigestores, contudo  
682 não tinha no momento como estimar o custo disso porque são poucos os estudos que  
683 têm essas informações bastante detalhadas e baseadas na população.

684 E para a carga doméstica urbana a gente tentou avaliar três alternativas  
685 diferentes para alcançar o enquadramento proposto. Uma que foi a adaptação da ETE  
686 existente. Quando a gente via que a ETE existente aumentasse a vazão, a melhoria da  
687 eficiência do tratamento adicionando alguma nova etapa atenderia o enquadramento.  
688 Ou, então, tiveram municípios que essa adaptação não era viável, aí a gente propõe uma  
689 nova Estação de Tratamento de Efluentes. E também foram propostos os emissários,  
690 visto que a gente viu que um dos problemas era justamente essa baixa vazão dos rios,  
691 então foi proposto o emissário. Das ETEs existentes atuais, que são cinco.

692 Aqui a gente tem um investimento estimado para removermos aquelas cargas,  
693 aqueles 100% daquelas cargas, que é a nossa meta por município, considerando tanto a  
694 situação mínima, como falei, da nossa análise de melhor e pior situação para conseguir  
695 prever o planejamento. A gente tem um somatório que varia de quatro a dez milhões de  
696 reais para investir em cargas domésticas rurais. Esse investimento é maior em Morretes,  
697 que é o município que atualmente tem a maior população rural da bacia e isso é  
698 projetado ao longo do tempo, e também em Guaratuba que tem um número considerável  
699 de população rural.

700 Para o caso das cargas domésticas do meio urbano foi selecionado também  
701 investimento mínimo, investimento máximo para as três alternativas. Tem município  
702 que não precisa de investimento na parte de tratamento, apenas de coleta, como é o  
703 caso, por exemplo, de Morretes. Lá é o Rio Nhundiaquara que tem uma vazão bastante  
704 alta e consegue diluir o efluente. Em compensação só cerca de 80% da população tem  
705 coleta, então teria que aumentar o índice de coleta.

706 Têm municípios como Guaratuba, Matinhos, Paranaguá que a gente estudou as  
707 três possibilidades de intervenção: uma nova ETE, adaptação da ETE existente e  
708 emissário submarino. Embora o emissário não seja muito bem visto pelo Comitê de

709 Bacia, foi uma das proposições analisadas. Aqui, se considerarmos o menor  
710 investimento dentre todos, temos cerca de cento e noventa e oito milhões, e o maior  
711 setecentos e seis milhões, que é do emissário submarino.

712 Todas essas informações ações e de instituições, que poderiam agir para alcançar  
713 este enquadramento proposto, a gente elaborou o programa para efetivação do  
714 enquadramento que tinham seis subprogramas, cabendo lembrar que como este  
715 enquadramento foi realizado junto com o plano tinha um produto que era justamente o  
716 programa de intervenções, onde lá tinham algumas ações que se complementam com  
717 esses aqui. Mas basicamente os programas foram: o Pró-Saneamento, que é a fossa  
718 séptica para a população rural e o aumento da população urbana com acesso a coleta e  
719 tratamento de efluentes; Cuidando dos Nossos Rios, que era justamente para  
720 identificação, por meio do cadastro de outorgas, dos usuários com finalidade  
721 agropecuária para sensibilização e mobilização - não é um grande problema da bacia,  
722 mas cabe essa sensibilização; Compreendendo a Maré e Seus Efeitos, que é justamente  
723 para estudar os efeitos da maré para que possa ser considerado na revisão do plano, na  
724 revisão do enquadramento; Revitalizando Canais de Drenagem, que é para buscar  
725 melhorar esses canais que estão numa situação bastante crítica na bacia - a gente previu  
726 que sejam possíveis algumas técnicas alternativas para a melhoria da qualidade da água  
727 nesses canais de drenagem; Limpando Nossas Cidades, que está ligada à mobilização  
728 para adequação da população quanto aos lançamentos clandestinos dos efluentes  
729 domésticos e à mobilização para as medidas de melhoria de limpeza pública, onde inclui  
730 a destinação de resíduos sólidos urbanos e também o controle de pragas urbanas; e  
731 Acompanhando o Enquadramento, para monitorar, acompanhar e replanejar as ações do  
732 programa para efetivação. É isso! Obrigada. (Palmas).

733 O Sr. Presidente:- Em discussão a proposta. (Pausa). Com a palavra, Conselheiro  
734 Eneias.

735 O Sr. Conselheiro Enéas Machado (Águas Paraná):- Só para deixá-los cientes,  
736 Rasca e outros membros aqui, estamos ultimando o resumo executivo desse plano. Será  
737 um relatório com oitenta, cem páginas de tudo o que foi feito neste plano. Vamos levar  
738 em conta essa sua sugestão daquelas porcentagens, porque aqui realmente ficou  
739 confuso. Não me lembro se no plano ficou bem claro, mas vamos resumir isso aí.

740 O Sr. Presidente:- Em discussão.

741 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Eu preciso s de um  
742 esclarecimento. A gente já vai deliberar sobre a aprovao disso?

743 O Sr. Presidente:- Sim, hoje!

744 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Eu tenho um ponto  
745 sobre a atuação da Câmara Técnica. Causou-me surpresa algumas coisas. Por exemplo,  
746 em uma das Atas encaminhadas, na primeira Ata, linhas quarenta e um, quarenta e dois  
747 e quarenta e três, a Câmara Técnica se manifesta se houver um parecer a CTIns  
748 deliberar. É um despropósito. Câmara Técnica não delibera, quem delibera é o  
749 Conselho. E a Câmara Técnica pedindo um parecer do IAP. Então, para que temos a  
750 Câmara Técnica? Nas linhas cinquenta e um, cinquenta e dois e cinquenta e três, o  
751 Águas iria emitir um parecer e a CTIns iria deliberar. Aí, na segunda Ata, nas páginas  
752 trinta e um, trinta e dois, trinta e três e trinta e quatro, dizendo que o parecer não terá  
753 influência nenhuma sobre a deliberação.

754 Eu fico preocupado, porque se pegarmos o regimento: Art. 14. A Câmara  
755 Técnica tem que analisar e relatar; Art. 15. Tem que ter um parecer e uma  
756 recomendação para o Conselho votar. Aí, ao invés da Câmara Técnica vir relatar e dar  
757 parecer, vem uma pessoa contratada pelo Comitê de Bacia, que teoricamente não tem  
758 nada a ver com este Conselho. Não estou dizendo que é ruim, sei que foi bem-feito, sei  
759 que foi deliberado com a comunidade, sei que o cuidado foi acima do que se esperava  
760 até. Não discuto, de maneira nenhuma, a qualidade do trabalho apresentado, porque a  
761 gente já conhece essa empresa que fez o Plano de Recursos Hídricos. É um trabalho  
762 excelente prestado por eles. Não tenho nenhuma consideração sobre isso.

763 Agora a atuação da Câmara Técnica para mim, desse jeito aqui, é totalmente  
764 dispensável. Primeiro, ao invés de ter um relatório tem uma ata, depois ao invés de ter  
765 parecer técnico ela pede parecer ao IAP, ao Águas, para deliberar sobre um parecer de  
766 um terceiro? Acaba com essa Comissão, com essa Câmara Técnica!

767 O Sr. Presidente:- Se existe um regimento da Câmara Técnica, esse regimento  
768 tem que ser seguido. Se o Bruno puder explicar, porque também não sei se é a primeira  
769 vez que isso ocorreu. Acho que isso já ocorre há certo tempo, porque não me lembro de  
770 ter participado de nenhuma reunião em que lêssemos o parecer da Câmara Técnica ou o  
771 que a Câmara Técnica relatou. O que a Câmara Técnica faz no processo? Ela transforma  
772 e interpreta tecnicamente para que todo o Conselho possa entender. Esta é a função da  
773 Câmara Técnica. A função da Câmara Técnica não é dar parecer sobre aquilo que está  
774 colocado. E, ao fazer isso, ela pode concordar ou discordar de alguma informação  
775 técnica, mas a deliberação é do Conselho. Essa é a função dela.

776           Quereria saber se o Bruno, coordenador da Câmara Técnica, pode explicar se essa  
777 discussão aconteceu dentro da Câmara Técnica. Foi feita a apresentação do  
778 enquadramento?

779           O Sr. Secretário Executivo:- Posso fazer uma breve explicação e depois o Bruno  
780 pode complementar. Na verdade esta apresentação ocorreu na Câmara Técnica de  
781 Instrumentos - CTIns, e a Câmara Técnica, depois das discussões internas, aprovou esse  
782 enquadramento, tanto é que aprovou uma minuta de resolução para ser apreciada e  
783 deliberada por vocês Conselheiros. Essa minuta de resolução, que está no quadro ali, a  
784 aprovação desse enquadramento é feita pela plenária do Conselho. A Câmara Técnica  
785 acatou a situação, elaborou uma minuta, entendendo que estava aprovada, deliberou  
786 pela provação e trouxe essa minuta para vocês deliberarem.

787           Talvez o Bruno possa explicar um pouco mais sobre essa questão do parecer  
788 técnico solicitado.

789           O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Só complementando o  
790 que o Presidente Rasca falou, não é uma questão de regimento da Câmara. É o  
791 regimento do Conselho que diz que a Câmara Técnica tem que apresentar relatório e  
792 parecer para que o Conselho possa votar com segurança.

793           O Sr. Presidente:- O encaminhamento tem que ser esse, a Câmara Técnica se  
794 reúne, faz um relatório, ela pode até aprovar um modelo de resolução, mas tem que ser  
795 passado aos Conselheiros como pré-requisito para a reunião, para aprovar ou não. A  
796 Câmara Técnica, o que ela definiu sobre o plano! Não é uma Ata dizendo o que  
797 aconteceu. É algo técnico, bem explicado, que possa subsidiar os Conselheiros, que não  
798 são familiarizados com essa política de recursos hídricos, possam minimamente  
799 entender o que vai ser discutido e o que vai ser aprovado. Isso tem que estar junto com a  
800 própria resolução. “A Câmara Técnica aprovou essa resolução!” Não quer dizer nada. É  
801 um documento informal que é feito, mas por que ela aprovou essa resolução? Isso cada  
802 Conselheiro tem que saber antes de votar aqui.

803           Então, nas próximas reuniões, isso deve ser pré-requisito até para seguir o  
804 próprio regimento. Esse deve ser o entendimento que o Conselheiro Lorenzon  
805 encaminha e está acatado por esta Presidência esse encaminhamento, dessa maneira, nas  
806 próximas discussões que envolver esse assunto, que é extremamente técnico, que ele  
807 possa ser dissolvido um pouco tecnicamente pela Câmara Técnica que possa subsidiar a  
808 discussão dos Conselheiros.

809 Mais algum Conselheiro? Com a palavra o coordenador da Câmara Técnica,  
810 Engenheiro Bruno.

811 O Sr. Bruno:- Boa tarde a todos.

812 O Sr. Presidente:- Que ontem, Bruno, teve a sua profissão colocada no quadro  
813 próprio do Estado, depois de vinte e um anos. Tivemos que nós velhinhos lutarmos para  
814 que vocês jovens tivessem... Nunca tiveram essa iniciativa de fazer essa briga justa e  
815 merecida. Seja bem-vindo, então, entre os altos da glória.

816 O Sr. Bruno:- Obrigado, Rasca. A discussão na Câmara Técnica, tivemos três  
817 reuniões consecutivas, a primeira de instauração e de posse dos novos membros, uma  
818 reunião de apresentação por parte da equipe da Cobrape, ela fez essa apresentação até  
819 mais desmistificada em nível de Câmara Técnica, e uma terceira reunião, que aí  
820 aprovamos a minuta da resolução, dirimimos dúvidas e tudo o mais.

821 Os próprios Conselheiros da Câmara Técnica, não sei se temos alguns membros  
822 aqui presentes, mas pelo volume de documentação que tinha para avaliar e também  
823 considerando todo o processo que foi legítimo e desmistificado em nível de Comitê de  
824 Bacia, até o Enéas pode participar, eu peguei só no final, foram mais de dois anos de  
825 discussão, né Enéas. Então, a Câmara Técnica decidiu, em nível de Câmara Técnica,  
826 que faria a recomendação pela aprovação do enquadramento, que é o que estava sendo  
827 discutido. O que estamos aprovando aqui é o enquadramento, é um dos produtos do  
828 plano da bacia. O plano da bacia, pela lei, é aprovado em nível de Comitê de Bacia. A  
829 gente trouxe vários elementos aqui para conhecimento e por conta do conteúdo que é  
830 importante. Mas aqui o que estamos aprovando é o enquadramento, também é um item  
831 bem específico que está na norma, que tem que passar pelo Conselho, e aí a Câmara  
832 Técnica decidiu fazer essa recomendação para a aprovação.

833 Então realmente não houve esse parecer técnico, não houve essa demanda, não  
834 sei se está no regimento que toda aprovação tem que ter um parecer técnico...

835 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Do Conselho. Toda  
836 Câmara Técnica tem que relatar e dar recomendações.

837 O Sr. Bruno:- Mas aí fica em aberto. A Câmara Técnica decidiu recomendar a  
838 aprovação por conta de todo o processo.

839 O Sr. Presidente:- Está registrado. O Conselheiro Enéas já deu aqui até talvez  
840 um resumo executivo ou um resumo técnico executivo, alguma coisa nesse sentido.  
841 Tem que estar antes da resolução para que seja de conhecimento de todos os  
842 Conselheiros. Mais algum Conselheiro? Conselheiro Kawano.

843 O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Queria saber se no estudo feito  
844 para o enquadramento se foi considerado, por exemplo, além da projeção da população,  
845 também uma projeção referente a infraestrutura, a investimento. Por exemplo, estamos  
846 discutindo muito a faixa de infraestrutura, então possivelmente agregado a isso vão  
847 surgir empreendimentos industriais e comerciais ou coisa do gênero. Foi considerado no  
848 estudo?

849 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Essa questão da  
850 faixa de infraestrutura foi bastante discutida também. Dentro das informações que a  
851 gente tinha na ocasião foi considerado sim, assim como as outorgas. Têm algumas que  
852 já estão em andamento junto ao Águas Paraná, que são para caráter industrial, também  
853 foram consideradas.

854 O Sr. Presidente:- Mais algum Conselheiro? Conselheiro Irani.

855 O Sr. Conselheiro Irani dos Santos (UFPR):- Na proposta de enquadramento foi  
856 apresentado um orçamento e geralmente no plano é previsto, quando propõe o  
857 enquadramento, a fonte de recursos. Gostaria de saber se tem mais algum  
858 esclarecimento sobre isso. Ou a gente aprova imaginando só esse volume de recursos ou  
859 tem alguma previsão? Enfim, mais informações para a gente entender de onde vem isso  
860 e como será feito, porque é um investimento alto para atingir essas classes que estão  
861 sendo propostas no enquadramento.

862 O Sr. Presidente:- Algum Conselheiro consegue responder ao Conselheiro Irani?

863 O Sr. Bruno:- Na verdade, quando se tem o programa de efetivação, tem a  
864 questão dos orçamentos e lá se tem detalhadamente cada uma das ações e os  
865 responsáveis. Então, se têm várias fontes de recursos que vão ter que entrar, conforme  
866 os responsáveis que estão ali. Não tem um roteiro para saber, porque são várias as  
867 possibilidades dependendo do tipo de ação. Tem ações que depende do Município, tem  
868 ações que depende do Estado, tem ações que depende da Companhia de Saneamento, e  
869 indústrias. Então, ali não é indicado de onde vai sair o dinheiro, mas os responsáveis  
870 para executar cada programa. E aí dentro da aplicação desses planos, que é a próxima  
871 etapa, vamos lutar junto com o Presidente Ribas, que está presente aqui, a efetivação do  
872 plano e a cobrança em nível de Comitê desses responsáveis. Os responsáveis terão que  
873 dar um jeito de cumprir as suas metas.

874 O Sr. Presidente:- Ok. Não tendo mais ninguém para discutir, coloco em  
875 votação.

876 O Sr. Conselheiro Enéas Machado (Águas Paraná):- Gostaria que fosse lida a  
877 resolução antes de votarmos.

878 O Sr. Presidente:- Não estamos votando a resolução. Estamos votando a  
879 proposta do enquadramento, depois faremos a aprovação da resolução. Foi nisso que me  
880 pegaram uma vez no contrapõe de uma discussão de enquadramento de rio. Achei que  
881 estávamos votando a resolução, depois no item sete eu acordei. Esta é uma pauta que  
882 sempre tem o seis e o sete, quando se discute o seis, aprova o seis e depois o sete. Bom,  
883 estamos votando o que foi discutido que  a política de enquadramento, depois vamos  
884 ler a resolução que vai referendar, se a maioria for favorável. Então, os Conselheiros  
885 que aprovam o Plano de Enquadramento da Bacia Litorânea permaneçam como estão,  
886 os contrários que se manifestem. (Pausa).

887 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- São uma informação.  
888 Existe esta questão da classificação mudando de Q<sub>95</sub> para Q<sub>50</sub>? Para mim era uma vazão  
889 uniforme para a bacia. Essa é uma inovação, uma legislação? Eu não vi comentário de  
890 ninguém sobre isso, aquela questão da classe 3.

891 O Sr. Presidente:- Sim, do uso do Q<sub>95</sub> e do Q<sub>50</sub>. Pelo o que entendi, se  
892 tratássemos somente o Q<sub>95</sub> não precisava fazer nada. Então, o Q<sub>50</sub>, pelo o que entendi,  
893 pode ser que seja o contrário, então por que todos os outros enquadramentos foram  
894 usados dois tipos de...

895 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- No Tibagi tem a classe  
896 4, são que a classe 4 vai sair de 100 e vai vir para 20, mas vai ficar na classe 4, a mesma  
897 coisa.

898 O Sr. Presidente:- No Tibagi não tem classe 4. No Tibagi nós resistimos, não  
899 tem classe 4.

900 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Não, é no Piraponema e  
901 no Paraná III que tem classe 4.

902 O Sr. Presidente:- Há algum prejuízo técnico na utilização dessas duas faixas?  
903 Não?! Ela é mais restritiva do que se usasse uma são? Então, por favor, Conselheiro  
904 Enéas.

905 O Sr. Conselheiro Enéas Machado (guas Paraná):- Vejam, senhores e senhoras,  
906 se a gente mantivesse apenas a 95, que é muito rígida, um fiapo de água, o que iria  
907 acontecer, em especial nas áreas urbanas? Iramos ter todos os rios que cortam a área  
908 urbana e que recebem efluentes das indústrias, do saneamento e da cidade mesmo,  
909 quando chove, iríamos ter inúmeros rios classe 4. A ideia foi de que para não haver uma

910 pressão, aliás houve uma pressão social contra a classe 4, é que optou-se em usar nesses  
911 trechos de rios urbanos a Q<sub>50</sub>. A Q<sub>50</sub> tem mais água do que a Q<sub>95</sub>, com mais água não  
912 precisaria fixar nenhum rio na classe 4. Foi a primeira vez que se pensou nisso e que a  
913 gente fez isso, e foi acatado pelo Águas Paraná que vai, a partir de agora, se passar aqui,  
914 dar outorga para os rios urbanos na 50 e para outros rios na 90. Essa foi a escolha.

915 O Sr. Presidente:- Engenheira Camila.

916 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- Eu ia falar  
917 justamente isso. Quando a gente propôs, uma preocupação foi se o Águas conseguiria  
918 fazer essa análise na Q<sub>50</sub>, vez que a maioria das bacias é que 95. E a equipe técnica da  
919 outorga acompanhou essa discussão dizendo que era possível fazer esse ajuste. E  
920 também cabe destacar que as resoluções que existem sobre enquadramento falam que a  
921 vazão de referência é definida junto com o enquadramento. Então, normalmente a gente  
922 usa a Q<sub>95</sub>, mas a gente pode alterar. Obrigada.

923 O Sr. Presidente:- Conselheiro Jeferson.

924 O Sr. Conselheiro Jeferson Pereira Bem (SEIL):- Já que o nosso voto vai ser  
925 baseado praticamente no modelo em si e não veio nenhum dado do ajuste do modelo,  
926 vocês podem informar se o modelo foi ajustado para bacia? Porque não consegui  
927 perceber na apresentação. E outra coisa, se foi ajustado, qual a precisão dele e em qual  
928 nível de probabilidade do confiança? Já que o nosso voto vai ser baseado nisso.

929 O Sr. Presidente:- Engenheira Camila.

930 A Sra. Camila de Carvalho Almeida Bittencourt (Cobrape):- O modelo que a  
931 gente utilizou é um modelo da própria Cobrape, inicialmente foi desenvolvido para o  
932 Atlas - Esgoto Urbano, da Agência Nacional de Águas. E desde então a gente vem  
933 adaptando a cada plano de bacia que a empresa é contratada para as condições daquela  
934 bacia. Então, conforme falei, lá a gente colocou as informações da disponibilidade nas  
935 diferentes vazões de referências calculadas por regionalização para a bacia litorânea,  
936 colocamos as informações de velocidade estimadas por trechos de rio, porque isso  
937 influencia no decaimento da DBO que no caso foi simulado. Então, foi adaptado para  
938 todas as condições da bacia. A gente inclusive fez a comparação dos resultados  
939 simulados com os dados de monitoramento do último ano. O problema, como falei, é  
940 que as nossas estações na bacia a maior parte estava em áreas de classe muito boa, então  
941 a gente não consegue ter tanta sensibilidade quanto em outros locais. Mas, como falei,  
942 já foi aplicado em outras bacias, já foi aplicado em nível nacional e é sempre feita essa  
943 comparação com dados medidos.

944 O Sr. Presidente:- Ok.

945 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Eu não vejo sentido ter  
946 estação monitorando áreas de rio classe especial e as áreas urbanas sem monitoramento.  
947 As áreas estratégicas de gestão a gente tem que priorizar onde tem conflito de uso, aí  
948 não consigo entender essa lógica.

949 O Sr. Presidente:- Ok. Conselheiro Enéas.

950 O Sr. Conselheiro Enéas Machado (Águas Paraná):- Lorenzon, você não entende  
951 por que essa nossa rede é tão, entre aspas, “malfeitinha”, eu também não entendo e o  
952 Águas também não entende. E a nossa rede é muito incipiente. A rede para a qualidade  
953 da água é incipiente, na litorânea e no Paraná inteiro. Isso é falta de recursos até do  
954 Água e do IAP, que não têm meios de ter coletas mensais dos principais rios e aí achar a  
955 DBO, a DQO, etc. Esses dados do Paraná são muito fraquinhos, vamos dizer assim,  
956 sendo bem sincero.

957 O Sr. Presidente:- Não havendo mais nenhuma inscrição para discutir, coloco em  
958 votação. Os Conselheiros que aprovam o Plano de Enquadramento da Bacia Litorânea  
959 permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADO por  
960 unanimidade. (Palmas).

961 Então, agora, vamos ler a proposta de Resolução do Enquadramento das Águas  
962 Superficiais da Área de abrangência do Comitê da Bacia Litorânea, em classes, de  
963 acordo com os usos preponderantes.

964 O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH, no uso das competências  
965 que lhe são conferidas pela Lei Estadual 12.726, de 26 de novembro de 1999 e pelo  
966 disposto no Decreto nº 9.129, de 27 de dezembro de 2010, e Considerando a  
967 competência do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/PR para deliberar  
968 sobre propostas de enquadramento dos corpos de água em classes segundo usos  
969 preponderantes, previamente aprovadas nos respectivos Planos de Bacia Hidrográfica,  
970 que aprovou a proposta de atualização de enquadramento dos corpos de água da bacia  
971 hidrográfica litorânea bem como o programa de efetivação do enquadramento, resolve:  
972 Art. 1º. Aprovar o enquadramento dos corpos de água superficiais na área de  
973 abrangência do Comitê de Bacias Hidrográfica Litorânea, em classes, de acordo com os  
974 usos preponderantes, nos termos da Resolução 01/CBHL, de 02 de abril 2019, alteração  
975 realizada na nonagésima reunião ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica Litorânea,  
976 de 25 de junho de 2019, conforme anexo a esta Resolução. Art. 2º. Esta Resolução  
977 entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

978 Curitiba. Márcio Nunes - Secretário Estadual de Desenvolvimento Sustentável e de  
979 Turismo - Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

980 Os Conselheiros que aprovam esta resolução permaneçam como estão, os  
981 contrários que se manifestem. (Pausa). APROVADO por unanimidade.

982 Próximo item de pauta, Sr. Secretário Executivo João Batista.

983 O Sr. Secretário Executivo:- Próximo item de pauta é a apresentação e discussão  
984 sobre a Resolução SEMA 044/2018 que trata das diretrizes e critérios gerais para a  
985 definição de áreas críticas quanto ao uso de águas superficiais e subterrâneas de  
986 domínio do Estado do Paraná.

987 Esta resolução impacta sobre o uso de águas superficiais e subterrâneas e  
988 algumas questões estudadas pelo nosso colega Tiago Martins Bacovis, que vai  
989 apresentá-las para que possamos compreender e depois deliberarmos em relação a esta  
990 questão.

991 O Sr. Presidente:- Com a palavra Tiago.

992 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Boa tarde a todos. Meu nome é  
993 Tiago, sou engenheiro ambiental, trabalho no Instituto das Águas do Paraná na análise  
994 técnica de outorgas de lançamento de efluentes, e hoje apresentarei a Resolução SEMA  
995 044/2018.

996 Considerando que o Estado do Paraná possui diversas áreas hidrográficas  
997 comprometidas em termos de disponibilidade hídrica, tanto para a diluição como para a  
998 captação de água, considerando também a utilização racional de recursos hídricos e  
999 considerando a necessidade de reduzir os conflitos de uso da água, em 2018 foi  
1000 publicada a Resolução SEMA 044/2018 que estabelece as diretrizes e critérios gerais  
1001 para a definição de áreas críticas quanto ao uso de águas superficiais e subterrâneas de  
1002 domínio do Estado do Paraná.

1003 O que é uma área crítica quanto ao uso de recursos hídricos? Área de potencial  
1004 conflito por indisponibilidade hídrica, seja causada por eventos hidrológicos críticos de  
1005 origem natural ou pelo uso inadequado, ou risco de comprometimento de sistemas de  
1006 abastecimento público de água ou de áreas de proteção de aquíferos subterrâneos.

1007 No Art. 3º, fica autorizado o Instituto das Águas declarar como área crítica  
1008 quanto ao uso dos recursos hídricos nos seguintes casos: I) Soma das vazões usuários já  
1009 instalados ultrapassar o limite de comprometimento da vazão máxima outorgável; II)  
1010 quando houver risco de comprometimento do abastecimento público; III) Quando  
1011 houver solicitações de outorga em rios de classe especial; IV) Quando houver risco de

1012 contaminação de aquífero subterrâneo; V) Quando houver constatação de rebaixamento  
1013 de nível de aquíferos, devido à superexploração; VI) Quando houver constatação de  
1014 estado de restrição, devido à escassez absoluta.

1015 Quem pode iniciar uma solicitação de Declaração de Área Crítica? O Instituto  
1016 das Águas Paraná, via Departamento de Outorga e Fiscalização, o Comitê de Bacia  
1017 Hidrográfica, o usuário envolvido na área de conflito, o Ministério Público e a  
1018 Promotoria de Meio Ambiente.

1019 A análise técnica de uma solicitação de Declaração de Área Crítica será  
1020 analisada pelo Instituto das Águas, onde deverão ser analisados pelo menos os seguintes  
1021 aspectos: identificação dos municípios da área de conflito, identificação da área  
1022 estratégica de gestão referente aos planos de bacia, identificação do Comitê de Bacia  
1023 Hidrográfica da área de conflitos, relação dos usuários com suas respectivas  
1024 modalidades, finalidades de uso água, vazões outorgadas, vazão total outorgada na bacia  
1025 e vazão máxima outorgável, que seria a disponibilidade hídrica máxima para aquela  
1026 bacia.

1027 Quando o recurso hídrico for superficial, também deverá ser analisada a  
1028 delimitação da área de montante e/ou jusante de um determinado ponto, e identificação  
1029 dos cursos d'água. Se o recurso hídrico for subterrâneo, deverá ser analisado as  
1030 unidades aquíferas e os cursos d'água e poços na área de conflito.

1031 Detectada a indisponibilidade hídrica, inicia-se o processo de convocação dos  
1032 usuários. O Art. 6º cita o processo de alocação negociada, na qual o processo onde os  
1033 usuários da área de conflito se reúnem para discutir quanto de água cada usuário  
1034 utilizará e em que condições como horas de captação, horas de lançamento. E o Art. 7º  
1035 fala de constituir associação. Então, os usuários da área de conflito poderão constituir  
1036 uma associação para que os representem.

1037 O Art. 8º fala do enquadramento transitório. O que é o enquadramento  
1038 transitório? Nas bacias onde for declarada oficialmente a Declaração de Área Crítica  
1039 para fins de aplicação dos instrumentos de outorgas prévias e de direito, o Águas Paraná  
1040 fica autorizado a enquadrar transitoriamente os cursos d'água onde não houver  
1041 classificação pelo Comitê de Bacia Hidrográfica e pelo Conselho Estadual de Recursos  
1042 hídricos, definindo metas progressivas para classe 3 até o ano de 2030.

1043 Esse enquadramento transitório, esse artigo, teve como base uma resolução  
1044 ANA nº 1286/2013, na qual enquadrrou um trecho do Rio Santo Antônio em classe 3. O  
1045 Rio Santo Antônio faz divisa entre o município de Pranchita e a Argentina. Então, para

1046 fins de enquadramento necessitaria de um Comitê Internacional, por isso a Agência  
1047 Nacional de Águas publicou essa resolução enquadrando transitoriamente, até que seja  
1048 deliberado um novo enquadramento por um Comitê Internacional.

1049 Medidas. Esse enquadramento transitório terá validade até que um comitê se  
1050 instale na bacia ou que o Conselho delibere sobre uma proposta de enquadramento. As  
1051 outorgas concedidas nas áreas de conflito anterior à data de publicação da Portaria de  
1052 área crítica serão revogadas, devendo os usuários protocolar uma nova solicitação.

1053 E a questão de elaboração de inventário fica a cargo do Instituto das Águas e  
1054 disponibilização em endereço eletrônico para conhecimento de todos.

1055 Até o momento foram emitidas cinco portarias de Declaração de Área Crítica,  
1056 nas quais todas se enquadram no primeiro caso, onde a soma das vazões dos usuários já  
1057 instalados na bacia ultrapassam o limite de comprometimento da vazão máxima  
1058 outorgável. Ou seja, a vazão que já foi outorgada é superior à disponibilidade hídrica  
1059 outorgável.

1060 Todas tiveram como finalidade principal a diluição de efluentes, sendo a maior  
1061 delas, que abrangeu o maior número de usos, a primeira do Ribeirão Barra Nova,  
1062 localizada no município de Apucarana, na qual é um corpo hídrico que não tem Comitê  
1063 instalado. Essa abrangeu quatorze usos, sendo a maioria, como já falei anteriormente,  
1064 lançamento de efluentes.

1065 O Instituto das Águas está evidenciando outros casos em relação às áreas  
1066 críticas, principalmente com relação ao abastecimento de água para consumo humano,  
1067 industrial e agropecuária na questão de irrigação e aquicultura. Como, por exemplo,  
1068 evidenciamos recentemente um caso no município de Palotina, que é o Rio Azul, onde  
1069 estão instalados sessenta e cinco usuários nessa bacia. E a constatação do rebaixamento  
1070 de nível de aquíferos em áreas urbanizadas, devido à alta densidade de postos  
1071 localizados.

1072 Considerações finais. O Instituto das Águas sugere o encaminhamento da  
1073 Resolução SEMA 044 para a Câmara Técnica do Conselho Estadual de Recursos  
1074 Hídricos, tendo como objetivo um estudo para as melhorias dos procedimentos, visando  
1075 à transparência entre os Comitês, usuários, sociedade, órgãos públicos e prefeituras. As  
1076 prefeituras que já emitem o processo de licenciamento teriam como base as áreas  
1077 críticas no seu domínio, na sua região. E um instrumento de gestão para tomada de  
1078 decisões, de forma a restringir e disciplinar a utilização da água, evitar novos usuários

1079 nessas bacias consideradas críticas e a necessidade de ações e metas progressivas nessas  
1080 áreas.

1081 Seria isso. Obrigado. (Palmas).

1082 O Sr. Presidente:- Tiago, você falou que existe uma exigência que quando é  
1083 considerada área crítica se revogam as outorgas.

1084 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Isso.

1085 O Sr. Presidente:- Quais?

1086 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Essa é uma dificuldade que a  
1087 gente tem evidenciado após a emissão desta resolução, porque seria revogar as outorgas  
1088 já concedidas antes da publicação da Declaração de Área Crítica. Então, os usuários que  
1089 já possuem as outorgas, antes da publicação de áreas críticas, teriam suas outorgas  
1090 revogadas devendo os mesmos usuários entrar como a nova solicitação para que o  
1091 Instituto das Águas avaliasse a questão até de metas progressivas. Porém, essa é uma  
1092 dificuldade que a gente tem evidenciado na prática, após a publicação dessas resoluções.  
1093 Por isso até estamos sugerindo o encaminhamento dessa resolução para a Câmara  
1094 Técnica para avaliarmos melhorias nos processos de Declaração de Área Crítica e até na  
1095 questão de transparência com todos, os comitês e sociedade em geral.

1096 O Sr. Presidente:- Ok. Então a proposta desse item de pauta é que a gente  
1097 constitua uma câmara técnica para discutir a Resolução SEMA 044/2018.

1098 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Isso.

1099 O Sr. Presidente:- Para que seja enviado para a câmara técnica para fazer uma  
1100 discussão, apesar de ela ter apenas um ano de existência.

1101 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Isso.

1102 O Sr. Presidente:- Em discussão. (Pausa). Secretário João Batista.

1103 O Sr. Secretário Executivo:- Vejam, é uma resolução da Secretaria de Estado do  
1104 Meio Ambiente. Há duas possibilidades de alteração, se houver necessidade: alteração  
1105 pela própria Secretaria, revogar essa e fazer outra; ou ter um debate, como está  
1106 propondo o Tiago, envolvendo todo um processo democrático para estabelecer uma  
1107 proposição dentro da câmara técnica, com o grupo de trabalho, e fazer uma proposição  
1108 para que seja debatida, deliberada e revogada pela Secretaria. Esses são os caminhos  
1109 que podem ser seguidos por este Conselho.

1110 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Já tem área declarada?  
1111 Aquelas todas já estão? Porque me assusta, eu entendo um trecho de rio, um rio  
1112 pequeno, uma pequena bacia. Agora o Baixo Ivaí inteiro ser uma área crítica?!

1113 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Não, não, é só...

1114 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Estava lá, consta lá.

1115 Você pode voltar onde estão as declarações? O Alto Ivaí!

1116 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Então, o que ficou enquadrado na  
1117 primeira? Um trecho do Rio Ribeirão Barra Nova, localizado no município de  
1118 Apucarana, que é uma bacia onde não tem comitê. Então, são trechos de bacias, não são  
1119 bacias inteiras.

1120 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Ah, só o Ribeirão Barra  
1121 Nova?

1122 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Isso, um trecho dele, não ele por  
1123 inteiro.

1124 O Sr. Presidente:- Está esclarecido. São dois encaminhamentos. Então, os  
1125 Conselheiros que concordam com o encaminhamento para a Câmara Técnica para fazer  
1126 uma rediscussão, vão votar na proposta um. Os Conselheiros que acham que a própria  
1127 Secretaria pode alterar esta resolução, votarão na proposta dois. Quem vota no item um,  
1128 para remeter à Câmara Técnica, que se manifeste. (Pausa). Votaram 17 (dezesete) na  
1129 proposta um.

1130 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Relatando e  
1131 recomendando.

1132 O Sr. Presidente:- Sim. E os Conselheiros que votam na proposta dois, que a  
1133 própria Secretaria possa fazer a alteração, que se manifestem. (Pausa).  
1134 Um. APROVADA a emissão à Câmara Técnica para discussão.

1135 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Uma recomendação.

1136 O Sr. Presidente:- Uma recomendação.

1137 O Sr. Conselheiro Antônio Ricardo Lorenzon (SEAB):- Porque a própria  
1138 resolução fala do inventário e, quanto estava lendo, entrei na página para procurar o tal  
1139 do inventário. Se já tem todas essas declarações já poderia ter um início de inventário  
1140 disponibilizado e até o momento não tem.

1141 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Até o momento ainda não foi  
1142 realizada a disponibilização desses dados via digital.

1143 O Sr. Presidente:- Tiago, qual urgência, qual o prazo para essa discussão?

1144 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Qual urgência eu tenho desse  
1145 encaminhamento? (Assentimento). O quanto antes!

1146 O Sr. Presidente:- Podemos, então, dar um prazo de quatro meses?

1147 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Até porque na avaliação das  
1148 outorgas de lançamento de efluentes estamos nos deparando com diversos problemas,  
1149 principalmente em áreas industriais, onde tem um acúmulo de indústrias...

1150 O Sr. Presidente:- Quatro meses? (Assentimento). Então, no prazo de cento e  
1151 vinte dias.

1152 O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Presidente, queria fazer um  
1153 comentário. (Assentimento). O Tiago acabou de falar sobre esse assunto, realmente esse  
1154 assunto que algumas áreas se tornam de certa forma crítica com setores industriais  
1155 instalados ou indústrias, acaba tendo um impacto bastante grande. Foi um assunto  
1156 recente no Coliar, e talvez em outros comitês seja um assunto que esteja sendo  
1157 discutido, então é muito importante realmente analisar melhor que algum setor  
1158 industrial, algumas áreas, por exemplo, deixem de ser impactadas, mas a gente pretende  
1159 realmente continuar com o desenvolvimento de forma sustentável.

1160 O Sr. Presidente:- Ok. Registrado. Obrigado, Tiago.

1161 O Sr. Tiago Martins Bacovis (Águas Paraná):- Obrigado.

1162 O Sr. Presidente:- Fica encaminhado dessa maneira, o coordenador da Câmara  
1163 Técnica é o Bruno que terá o prazo de cento e vinte dias improrrogáveis.

1164 Próximo assunto: Plano de Capacitação. Com a palavra Engenheiro Bruno.

1165 O Sr. Bruno:- Esse item aqui é para complementar uma demanda da reunião  
1166 anterior, feito pelo Conselheiro Mauri, que não está presente hoje. É o plano de  
1167 capacitação em relação aquele convênio que o Águas Paraná tem com a Agência  
1168 Nacional de Águas, que é o Pró-gestão, onde vêm recursos para estruturarmos todas as  
1169 áreas de recursos hídricos do Estado do Paraná. Foi apresentado e aprovado o plano de  
1170 capacitação de 2018 na reunião anterior, o plano para 2019 também foi aprovado, até foi  
1171 a Jaqueline Dornelles quem fez a apresentação, e também para os próximos anos, 2020  
1172 a 2023, para cumprirmos com o cronograma.

1173 Só pautamos por uma questão formal, porque isso já passou na reunião anterior,  
1174 mas não tinha sido encaminhado, se não me engano, até o Conselheiro Mauri nos  
1175 cobrou, e estamos cumprindo com uma das demandas da Ata anterior. O Conselheiro  
1176 Mauri comentou que tinham algumas pendências nas Atas anteriores, essa é uma delas,  
1177 estamos colocando aqui. Se alguém tiver alguma questão para este plano, lembrando  
1178 que já foi discutido na reunião anterior, mas pautamos novamente por conta desta  
1179 demanda.

1180 E a prestação de contas deste ano, 2019, e o planejamento do próximo serão  
1181 feitos na próxima reunião, dentro do primeiro semestre de 2020. Seria essa a questão  
1182 que eu queria colocar.

1183 O Sr. Presidente:- Ok. São recursos da ANA e prestação de contas será na  
1184 próxima reunião. Algum Conselheiro, algum comentário a respeito? (Pausa). Não.

1185 Próximo ponto de pauta: Agenda para a gestão de recursos hídricos do Paraná.  
1186 Com a palavra Secretário João Batista.

1187 O Sr. Secretário Executivo:- Esta foi uma proposição da reunião anterior do  
1188 Conselheiro Mauri que propôs estabelecer uma agenda para as nossas reuniões.  
1189 Elaboramos um formulário, enviamos por e-mail a todos no dia 29 de julho deste ano  
1190 para quem tivesse alguma proposição ou tivesse interesse em enviar essas proposições,  
1191 a gente estava recebendo. Demos um prazo até 23 de agosto, e recebemos quatro  
1192 proposições para a discussão de uma agenda para a gestão de recursos hídricos do  
1193 Paraná, três do Conselheiro Mauri e uma do Conselheiro Everton. O Conselheiro Mauri  
1194 propôs a atualização do plano estadual de recursos hídricos, a segurança hídrica e a  
1195 agenda setorial de recursos hídricos, e o Everton sugeriu uma agenda para discutir os  
1196 instrumentos de gestão.

1197 Porém, o Conselheiro Mauri não pode estar presente, nos enviou um e-mail  
1198 colocando que estava com um problema de viagem e se propunha, até posso ler o e-mail  
1199 para vocês: “Boa tarde. Comunicamos que infelizmente não poderemos participar da  
1200 reunião do CERH de amanhã - ele mandou ontem, e o Juliano, outro representante da  
1201 ONG Arayara, também está fora, está na COP. A pauta que propusemos relativa à  
1202 prioridade de agenda, caso achem conveniente, poderemos apresentar na próxima  
1203 reunião. Atenciosamente, Mauri.” Ele está solicitando que possa apresentar na próxima  
1204 reunião para fazer um processo de discussão, Rasca. É isso que nós temos.

1205 O Sr. Presidente:- Ok. Algum Conselheiro gostaria de comentar? (Não). Vamos  
1206 para o quinto ponto de pauta: Assuntos Gerais e Encerramento. Quem tiver inscrição de  
1207 assuntos, por favor, manifeste-se. Mas, desde já, passo a palavra ao Engenheiro  
1208 Scroccaro para fazer um relato sobre o XXI Encontro Nacional de Comitê de Bacias  
1209 Hidrográficas e a perspectiva para o próximo evento, realizado em Foz do Iguaçu.

1210 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Águas Paraná):- O XXI ENCOB foi um  
1211 sucesso, fantástico! Tivemos mil, quinhentos e cinquenta e nove inscritos, participaram  
1212 vinte e cinco estados e uma participação efetiva. Tínhamos um pouco de receio, porque  
1213 quando se fala em evento em Foz do Iguaçu, uma cidade de roteiro turístico e, além de

1214 tudo, tem a Argentina e o Paraguai, imaginávamos que poderia acontecer uma evasão,  
1215 mas pelo contrário. Tivemos um plenário e mais onze salas em paralelos com programas  
1216 diários. Pela manhã os eventos eram visitas técnicas, tivemos oito pontos de visitas  
1217 técnicas com oito ônibus que saíam do Hotel Rafain para os locais com *cases* de sucesso  
1218 de Itaipu, na Bacia do Paraná III junto com os municípios, às vezes não só em Itaipu  
1219 como nos próprios municípios. Tivemos todas as salas lotadas, com participação  
1220 efetiva, com discussão de alto nível que nos impressionou.

1221 Além disso, colocamos do lado do stander do Estado do Paraná uma arena com  
1222 discussões diárias, de manhã e à tarde, de *cases* e assuntos técnicos apresentados por  
1223 várias instituições, pelos órgãos públicos. Essa arena também teve uma participação  
1224 muito efetiva. O evento foi um espetáculo!

1225 Além de tudo isso, tivemos a participação de 40% do gênero feminino e 60% do  
1226 gênero masculino. Para nós isso é significativo, considerando que é um Encontro do  
1227 Comitê de Bacias Hidrográficas, ter 40% de participação feminina é algo que nos  
1228 impressionou; 8% de doutorado, 16% de mestrado, 22% de especialistas, 27% de nível  
1229 superior completo, 5% superior incompleto e 22% não informados. Participaram deste  
1230 evento cento e noventa e oito Comitês de Bacia, isso traduz aquilo que a gente esperava.

1231 E a avaliação foi muito significativa para nós. Tivemos vinte e oito *cases*  
1232 apresentados, cada região tinha quatro *cases* para ser apresentados: Paraná, Santa  
1233 Catarina e Rio Grande do Sul. O Paraná apresentou dois, Santa Catarina um e Rio  
1234 Grande do Sul um. São *cases* que se destacaram, discutidos na regional Sul, como  
1235 foram nas outras regionais Sudoeste, Noroeste, Norte. Cada um apresentou esses *cases*,  
1236 porque se temos um *case* de sucesso por que os outros não podem copiar? Foi colocado  
1237 à disposição de todos os Comitês de Bacia.

1238 Tivemos três seminários temáticos. Foi muito debatido, já na abertura, o  
1239 problema de segurança hídrica que hoje está sendo muito discutido. Então, tivemos  
1240 seminários com discussões, três oficinas e workshops, quatro encontros com oito  
1241 reuniões, uma mesa com cinco painéis e vinte apresentações, e arena, como falei, teve  
1242 uma repercussão fantástica. Tivemos, paralelamente ao evento da plenária, onze  
1243 reuniões paralelas e após às 17h, das 17h às 18h, transformava-se na plenária.

1244 Quem participou das visitas técnicas ficou satisfeito. O comentário no final, a  
1245 avaliação foi fantástica. E o Secretário Márcio Nunes empolgou-se na abertura. Ele não  
1246 estava sabendo ainda que para o ano de 2020, ano que vem, Goiás, que ia sediar o  
1247 vigésimo segundo evento, abriu mão e teria que apresentar um novo estado para sediar o

1248 próximo encontro. Quando ele viu toda a participação no discurso de abertura, de todos  
1249 aqueles técnicos, ele viu a pauta da nossa discussão, ele me disse: “Scroccaro, isso é  
1250 uma coisa para pensarmos. Vamos sediar também o XXII Encontro aqui no Paraná?” Eu  
1251 pensei: “Puxa vida!” O desgaste que dá, vocês nem imaginam. Gastamos em torno de  
1252 novecentos e poucos mil, estamos fechando as contas agora, faltavam algumas empresas  
1253 pagarem, estamos fechando as contas, porque em Foz do Iguaçu as coisas são um pouco  
1254 mais caras. E aí eu disse: “Bom, estamos aqui para isso. A coisa deu certo, vamos lá!”

1255 Então, no ano que vem, em 2020, vamos ter, de novo, o XXII ENCOB no  
1256 Paraná aprovado no Conselho do Fórum Nacional do Comitê de Bacias. Tendo em vista  
1257 a aceitação do que foi o vigésimo primeiro, ninguém teve coragem. São Paulo queria  
1258 apresentar, se cutucavam, um falava para o outro: “Vamos apresentar também. Vamos  
1259 fazer uma proposta para sediar!” E os caras: “Não, não vamos conseguir bater o  
1260 Paraná!” Eu coordenei o local junto com a Dani e com a Soraia de São Paulo, a gente  
1261 fez um trabalho realmente muito significativo. Imaginem numa época de crise e  
1262 mudanças no Governo e você conseguir recursos? Não foi fácil.

1263 Gente, fui nos outros eventos, a exposição era uma coisa morta. Nesse evento  
1264 colocamos o *coffee break* de manhã e à tarde no meio da exposição. A exposição ficou o  
1265 tempo inteiro com gente participando. Foi uma coisa fantástica. Eu não tinha visto em  
1266 evento nenhum um entrosamento como aquele.

1267 Então, o Paraná está de parabéns! O Paraná está sediando novamente, estamos  
1268 buscando locais aqui em Curitiba, pensamos em não fazer em Foz do Iguaçu. Temos  
1269 que ter um auditório para mil e quinhentas pessoas, porque tivemos mil, quinhentos e  
1270 cinquenta e nove pessoas em Foz do Iguaçu, se bem que Foz do Iguaçu é um chamariz.  
1271 No meu ponto de vista Curitiba também é um chamariz para realizar este evento e  
1272 deveria ter mais participação inclusive. Teríamos que ter, no mínimo, junto a esse  
1273 auditório, dez ou onze salas para ter reuniões ao mesmo tempo, um salão para a  
1274 exposição e o *coffee break* juntos. Estamos pensando na FIEP, até a gente vai conversar,  
1275 Kawano, vocês têm dois pavimentos, podíamos fazer uma divisão e embaixo fazer as  
1276 reuniões.

1277 O Sr. Conselheiro Mauricy Kawano (FIEP):- Hoje, por sinal, acabei de passar  
1278 para o Bruno agora de manhã, passei o contato da área de eventos. A FIEP é parceira,  
1279 temos um espaço bom que acho que dá para sediar de forma confortável. Na sequência,  
1280 conversamos.

1281 O Sr. Conselheiro José Luiz Scroccaro (Águas Paraná):- Valeu! Puxa, já temos o  
1282 local para sediarmos o encontro.

1283 Agora, voltando um pouquinho, vocês imaginam que o nosso maior parceiro era  
1284 a Itaipu. Tinha uma verba garantida para nós. Depois de tudo acertado com a Itaipu,  
1285 fomos descobrir que o ENCOB de 2007 tinha uma pendência numa prestação de contas  
1286 de seis mil reais, mas também a Itaipu não avisou para quem prestou conta, ficou uma  
1287 coisa meio confusa e não tivemos a participação da Itaipu com recursos. E aí tivemos  
1288 que correr atrás para completar os recursos do que a Itaipu não participou. Mas a Itaipu  
1289 participou efetivamente conosco, efetivamente conosco nas visitas técnicas, não com  
1290 dinheiro, mas com toda a equipe técnica disponível. Então foi um trabalho muito legal.

1291 A Itaipu agora, porque eles viram, eram oito mil reais, eles viram que poderiam  
1292 ter feito de outra maneira, e disseram: “Scroccaro, queremos participar no XXII  
1293 Encontro”. Então, era isso. E gostaríamos de contar com os membros do Comitê de  
1294 Bacia, com o Conselho, para realmente sediarmos esse evento aqui e demonstrar que o  
1295 Paraná tem força para conseguir isso aí. Muito obrigado.

1296 O Sr. Presidente:- Parabéns a todos que trabalharam efetivamente para a  
1297 realização deste evento. Tivemos no dia da abertura e no dia seguinte e na avaliação de  
1298 todos foi um sucesso. Estão de parabéns todos que lá estiveram ajudando direta ou  
1299 indiretamente. Algum Conselheiro que esteve presente gostaria de fazer algum  
1300 comentário? Não! Algum Conselheiro quer incluir algum item de pauta? Não!

1301 Então, gostaríamos de agradecer a presença da Dra. Priscila, que está aqui como  
1302 convidada e se fez presente o tempo todo. Gostaria de fazer uso da palavra?  
1303 (Assentimento).

1304 A Dra. Priscila:- Boa tarde a todos, os quais cumprimento em nome do  
1305 Presidente da Mesa, Diretor Geral da Sedest. Na verdade gostaria de agradecer ao  
1306 trabalho do Instituto das Águas, especialmente do Enéas que coordenou a organização  
1307 junto ao Comitê da Bacia Litorânea desse Plano Regional da Bacia Hidrográfica  
1308 Litorânea junto com o Presidente, Sr. Ribas, que não está mais aqui, e os outros  
1309 membros não só da Câmara Técnica, da CTIns, mas também do Comitê de Bacia e  
1310 também da Cobrape. Agradecer ao trabalho e dizer que como equipe estamos muito  
1311 felizes com essa conclusão hoje e que, a partir do ano que vem, vamos nos empenhar  
1312 para efetivar esse enquadramento e as demais disposições do plano. Muito obrigada.

1313 O Sr. Presidente:- Ok. Conselheiro Bruno, quer falar sobre o item b, andamento  
1314 dos Comitês e a implementação dos instrumentos?

1315 O Sr. Bruno:- Isso. Rapidamente, só para colocar a par os Conselheiros, esse ano  
1316 estamos nesse esforço de retomada das atividades dos comitês. Como vocês sabem são  
1317 oito comitês em atividade hoje no Estado do Paraná. A bacia litorânea teve o seu  
1318 enquadramento aprovado hoje, o plano também. Na sequência vamos encaminhar o  
1319 enquadramento da unidade hidrográfica do Piraponema, que também estava aguardando  
1320 desde 2017, nós fizemos a consulta pública e já está apto a vir para este Conselho e, na  
1321 sequência, do Piraponema. Também já fizemos a consulta pública da Bacia do Paraná  
1322 III, em Toledo, e na sequência estará apto a vir aqui. Então são mais dois  
1323 enquadramentos que estamos fechando no Estado.

1324 Esta semana temos uma reunião em Campo Mourão para instituir o  
1325 funcionamento da Bacia do Alto Ivaí, porque está criada desde 2003 mas não entrou em  
1326 funcionamento. Então vamos fazer isso também. Ano que vem as duas outras bacias que  
1327 ainda não entraram em funcionamento, que é o Baixo Iguaçu e o Piquiri Paraná II.

1328 Então estamos nesse esforço para encaminhar os comitês e em paralelo algumas  
1329 atividades que são estratégicas para o funcionamento desses Comitês. Uma delas, até  
1330 para cumprir com manual orientativo de aplicação dos recursos aqui deste Conselho de  
1331 2015, que é a contratação do agente financeiro, para podermos dar vazão à aplicação  
1332 dos recursos, primeiramente em nível do Coliar, que já tem recursos acumulados, e  
1333 futuramente estamos instituindo a cobrança de recursos hídricos em outros comitês  
1334 como no Tibagi, a Presidente está aqui conosco, no Norte pioneiro, outros comitês que  
1335 estão aptos a instituir a cobrança e ainda não fizeram. Então, com esse agente financeiro  
1336 vamos conseguir fechar o ciclo dos instrumentos de gestão, que é a cobrança e a  
1337 aplicação na própria bacia.

1338 E também, em paralelo, estamos trabalhando o termo deferência para assim  
1339 como acontece na Bacia do Paranapanema, que é uma bacia interestadual, estamos  
1340 contratando os serviços técnicos de apoio aos Comitês de Bacias com recursos que vêm  
1341 da ANA, que é outro convênio que temos que é o Pró-Comitês. São recursos que vêm  
1342 para cada Comitê no valor de cinquenta mil anual. A gente pretende fortalecer os  
1343 próprios Comitês com esse recurso que vem da Agência Nacional de Água.

1344 Em paralelo, temos o Fórum Estadual de Comitês de Bacias, que já foi instituído  
1345 lá atrás, mas efetivamente não entrou em funcionamento. Então estamos fechando a  
1346 Carta de Princípios e ano que vem também deve iniciar as atividades, que é justamente  
1347 o conjunto das representatividades dos Comitês de Bacia dentro de um fórum para

1348 representar os comitês do Estado do Paraná nas diversas entidades e instituições em  
1349 nível nacional e estadual também.

1350 São essas ações estruturais e estratégicas que estamos fazendo e dando início no  
1351 primeiro semestre do ano que vem.

1352 O Sr. Presidente:- Maravilha! Só dizer que todos receberam um livro sobre o  
1353 Guará *eudocimus ruber* do nosso litoral. É um trabalho realizado pelo Instituto Guaju de  
1354 Guaratuba, com grandes atores de envolvimento do nosso litoral, então é um  
1355 prestigiamento do Secretário Márcio Nunes com um estudo. Vocês perceberam que não  
1356 é um estudo acadêmico com todas as regras acadêmicas, mas é um estudo de  
1357 sensibilidade com o Guará, que voltou ao nosso litoral, ou está renascendo no nosso  
1358 litoral, ou está nascendo no nosso litoral. Hoje tem vários bandos, não são mais poucos  
1359 como antigamente, e esses registros são do nosso litoral. Então, é algo para que a gente  
1360 possa divulgar esta beleza natural, que é preciso conhecer para preservá-lo.

1361 Então, é uma homenagem ao Instituto Guaju que teve como responsáveis do  
1362 trabalho o Edgar Fernandez, o Fabiano Cecílio da Silva e o Marcos Wasilewski. Então,  
1363 quem não recebeu temos mais alguns aqui para ser distribuído.

1364 Não havendo mais nenhuma inscrição, convidamos a todos para um *Coffee End*,  
1365 não fizemos o Break lá atrás, mas o *Coffee End* está aqui fora para que a gente não  
1366 chegue em casa com fome. Estão todos convidados. Desejamos a todos um bom Natal e  
1367 um Feliz Ano-Novo para todos nós. (Palmas)..